



2013



INDICADORES DA GESTÃO FISCAL CONSOLIDADO GERAL

Período comparativo: até o mês de Dezembro de 2010, 2011 , 2012 e 2013



SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Antônio Marcos Gavazzoni

DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL

Adriano de Souza Pereira

ASSESSOR DO DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL

Vagner Alonso Pacheco

GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Graziela Luiza Meincheim

GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA

Flávio George Rocha

GERENTE DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

Arleny Jaqueline Mangrich Pacheco

GERENTE DE SISTEMAS DE GESTÃO FISCAL

Vera Lucia Hawerroth Santana

GERENTE DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL

Michele Patrícia Roncalio

ELABORAÇÃO:

Gerência de Informações Contábeis

EQUIPE:

Heber Lima da Costa

Janice Vilsélia Pacífico da Silveira

Paulo Rodrigo Capre

Rafael Almeida Pinheiro da Costa

Rogério Felipe Pereira

Rosangela Della Vechia

Contato:

Telefones: (48) 3665-2773 ; 3665-2727 ; 3665-2710 ;

3665-2633 ; 3665-2723

E-mail: geinc@sefaz.sc.gov.br

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Centro Administrativo do Governo – Rodovia SC 401 – Km 5, nº 4.600

Saco Grande II – Florianópolis – SC

Sumário

CONSIDERAÇÕES GERAIS	1	Investimentos por Função de Governo	27
ANÁLISE DOS INDICADORES DA GESTÃO FISCAL	2	Investimentos e Custeio dos Serviços Públicos - Aplicados diretamente pelo Estado	27
RECEITAS.....	3	Custeio dos Serviços Públicos por Função de Governo	27
Receita – Comportamento da arrecadação Bruta e Líquida - Em Bilhões.....	5	Detalhamento das Despesas com custeio dos serviços públicos – Aplicados diretamente pelo Estado.....	28
Receita Arrecadadas (Valores Líquidos)	6	Transferências voluntárias realizadas pelo Estado	29
Receita Tributária – Comportamento da arrecadação do ICMS	7	LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	30
Receita Tributária – Comportamento da arrecadação do IPVA	8	Receita Corrente Líquida – RCL	31
Receitas Tributárias – Comportamento da arrecadação dos demais tributos	9	Gasto com Pessoal – Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal	31
Comportamento das Transferências Constitucionais e Legais recebidas da União.....	10	Receita Líquida de Impostos – RLI	32
Fundo de Participação dos Estados – FPE - Em Milhões	11	Aplicação em Educação e Saúde	32
Transferências Constitucionais e Legais recebidas da União (Líquidas dos repasses aos municípios e Fundeb).....	12	Recursos do FUNDEB.....	33
Transferências Voluntárias Recebidas da União	14	Dívida Pública de Empréstimos	34
FUNDOSOCIAL e SEITEC	15	Receita Líquida Real e Pagamento da Dívida Pública de Empréstimos	34
Metas Bimestrais de Arrecadação	16	Repasses para Pagamento dos Precatórios - Regime Especial	35
Acompanhamento das Metas Bimestrais de Arrecadação	17	Saldo dos Precatórios a Pagar	36
Receita Líquida Disponível – RLD	18	Lei de Responsabilidade Fiscal – SC no cenário nacional.....	37
Receita da Dívida Ativa	19	Comparativo do Gasto com Pessoal do Poder Executivo com outras Unidades da Federação	37
Dívida Ativa	20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	38
APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS	21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA.....	38
Gasto com Pessoal Ativo, Inativos e Pensionistas.....	23	Resultado da Execução Orçamentária.....	39
Déficit Financeiro Previdenciário	25	PAINEL DOS INDICADORES DA GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO GERAL	41
Investimentos e Custeio dos Serviços Públicos.....	26		

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Diretoria de Contabilidade Geral – DCOG/SEF, com o objetivo de acompanhar e avaliar o desempenho da gestão fiscal, o cumprimento das metas de arrecadação e dos limites legais, bem como atender à premissa da Transparência da Gestão Pública, ditada especialmente pelo artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), disponibiliza mensalmente informações pormenorizadas no sítio da Secretaria de Estado da Fazenda (<http://www.sef.sc.gov.br/>) e no Portal da Transparência (<http://www.transparencia.sc.gov.br>).

A Gerência de Informações Contábeis – GEINC/DCOG, com base nas informações consolidadas do Governo do Estado, englobando todos os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público, elaborou o demonstrativo em referência que visa a apresentação e análise dos Indicadores da Gestão Fiscal do Estado de Santa Catarina. Este demonstrativo compara o exercício em andamento (2013) com os três últimos exercícios (2010, 2011 e 2012) e está estruturado em duas partes:

1) análises e considerações dos principais indicadores utilizando, em sua maioria, representações gráficas;

2) painel contendo todos os indicadores.

A equipe da Gerência de Informações Contábeis fica à disposição de todos para prestar os esclarecimentos necessários para uma melhor compreensão dos resultados alcançados pelo Estado de Santa Catarina.

Gerência de Informações Contábeis – GEINC/DCOG



ANÁLISE DOS INDICADORES DA GESTÃO FISCAL



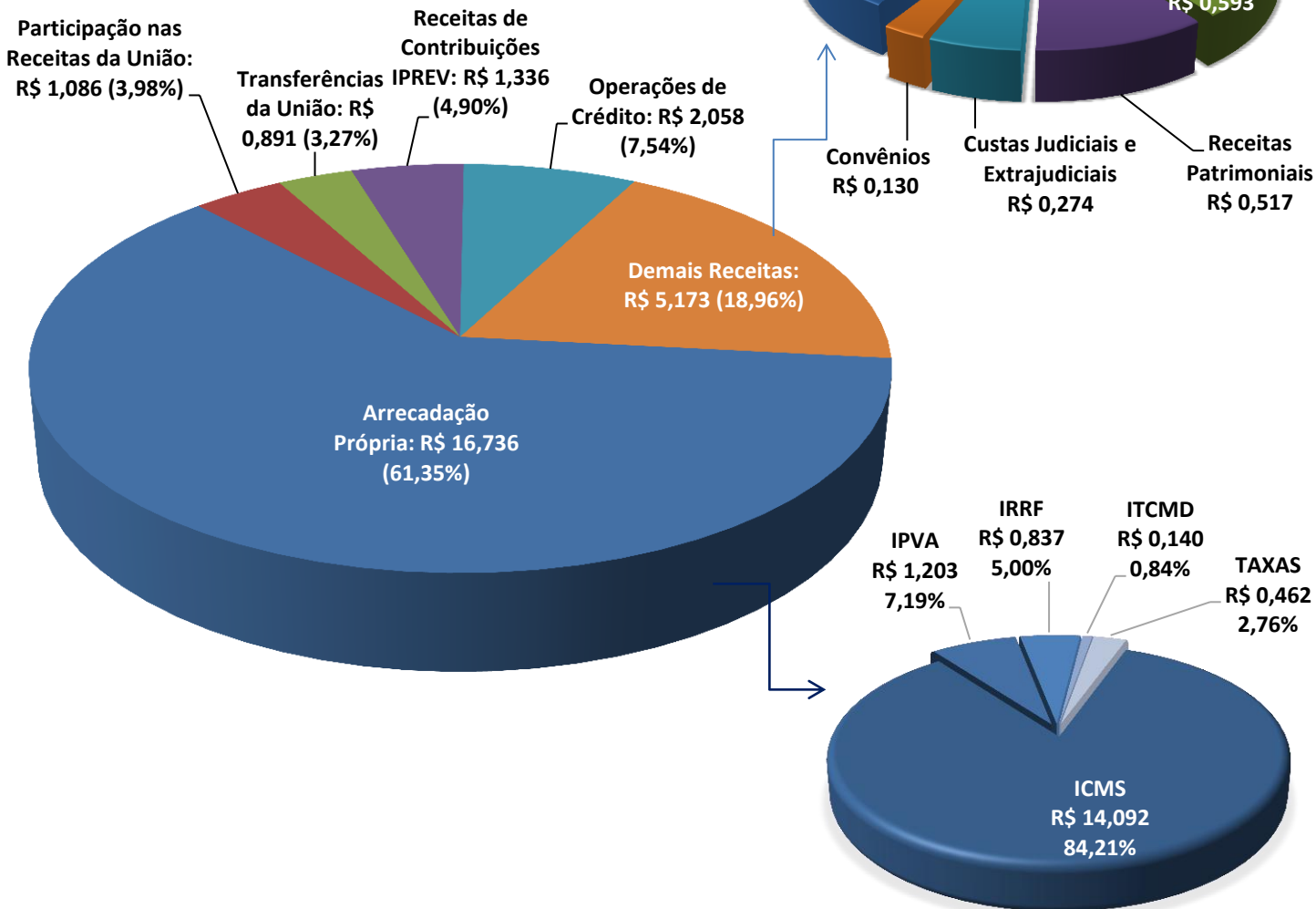
Receitas





Receita Bruta Arrecadada

R\$ 27,279 BILHÕES



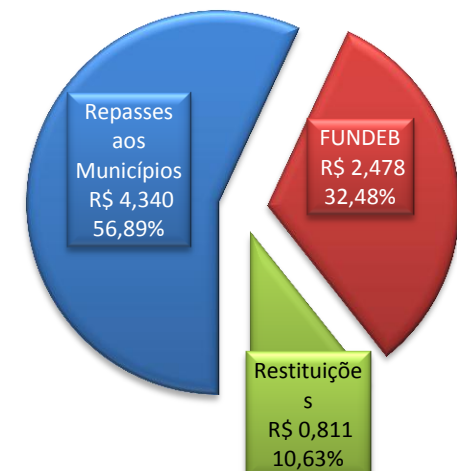
Do total arrecadado pelo Estado são transferidos aos municípios, por força constitucional, 25% do ICMS e do IPI e 50% do IPVA. Por força legal são transferidos 25% dos recursos do FUNDOSOCIAL e SEITEC.

Ao FUNDEB são transferidos 20% dos recursos do ICMS, IPVA, ITCMD, FPE, ICMS desoneração, IPI e IOF ouro.

Além disso, ocorrem devoluções e restituições das receitas.

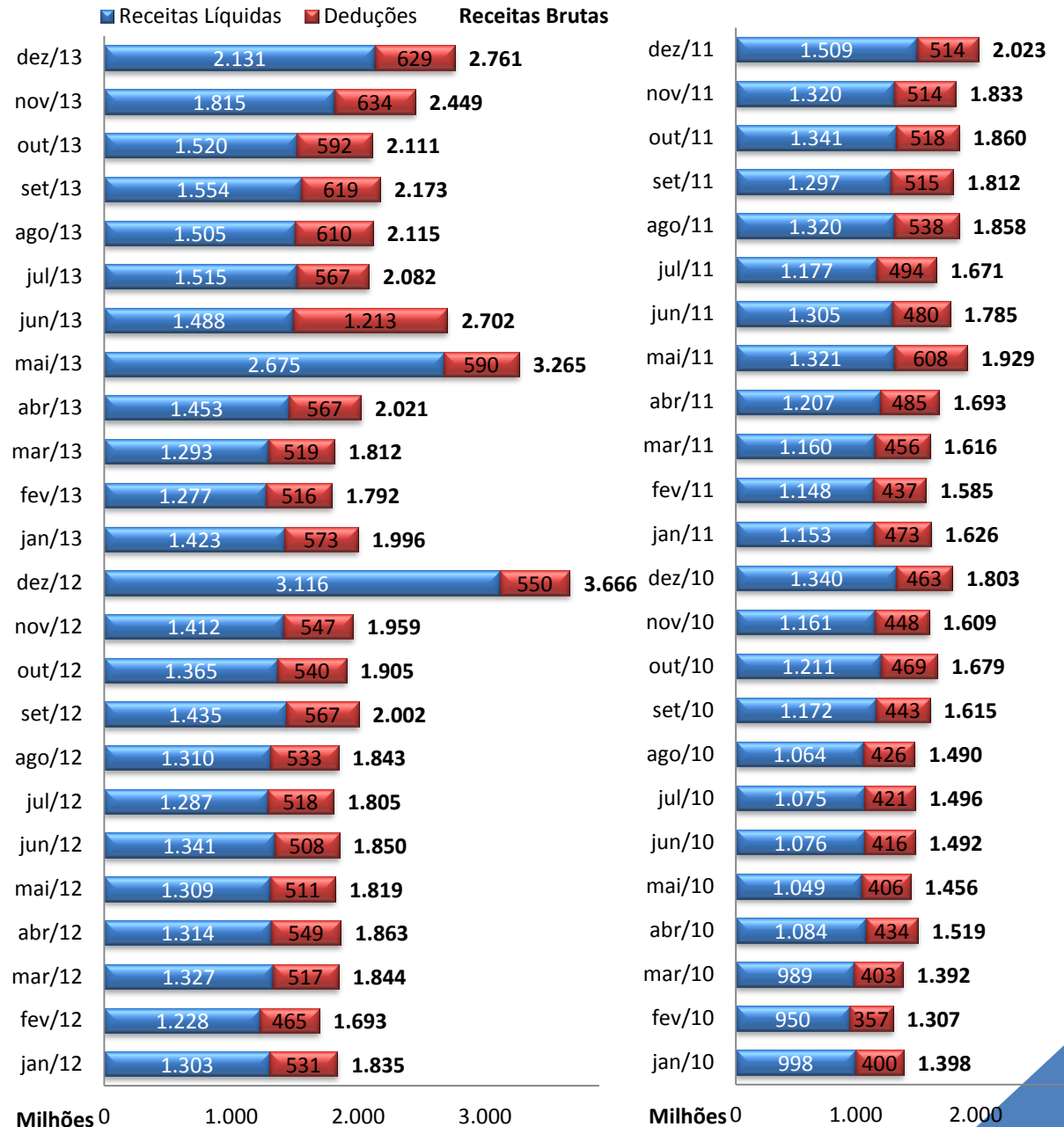
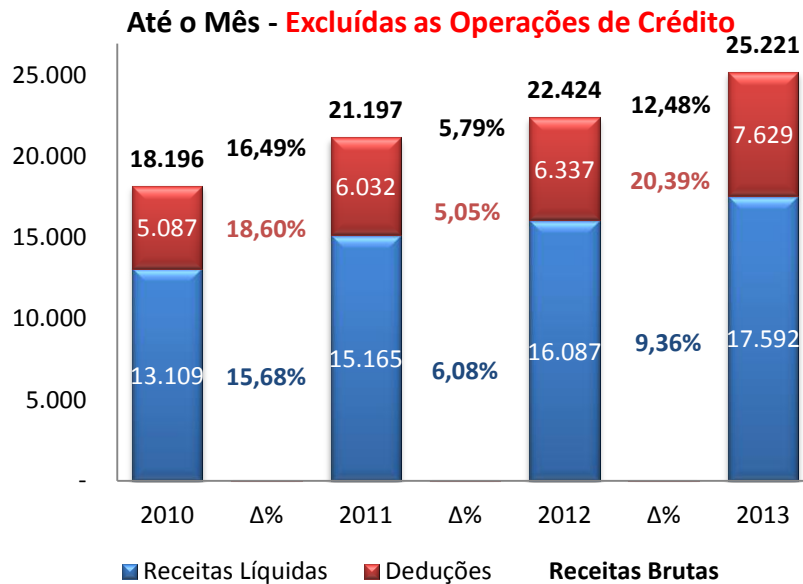
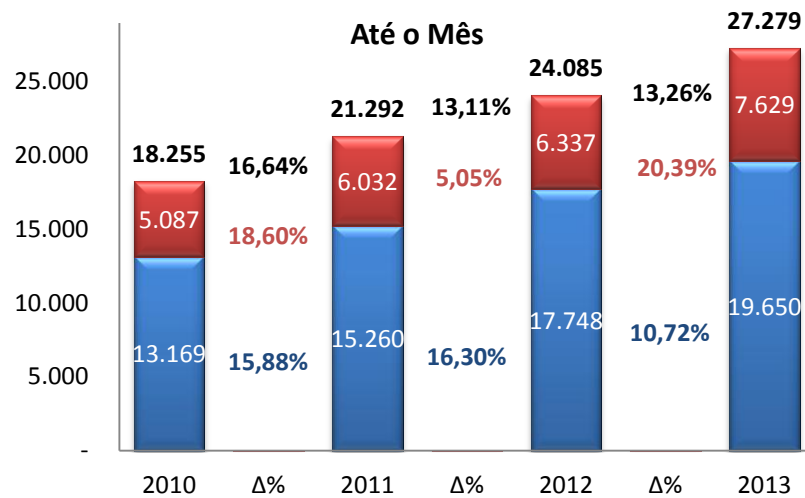
Assim, do total arrecadado sobraram R\$ 19,650 bilhões para manutenção dos serviços públicos, investimentos e repasse aos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Udesc.

Deduções da Receita - 2013 - Em Bilhões





Receita – Comportamento da Arrecadação Bruta e Líquida - em Milhões de R\$

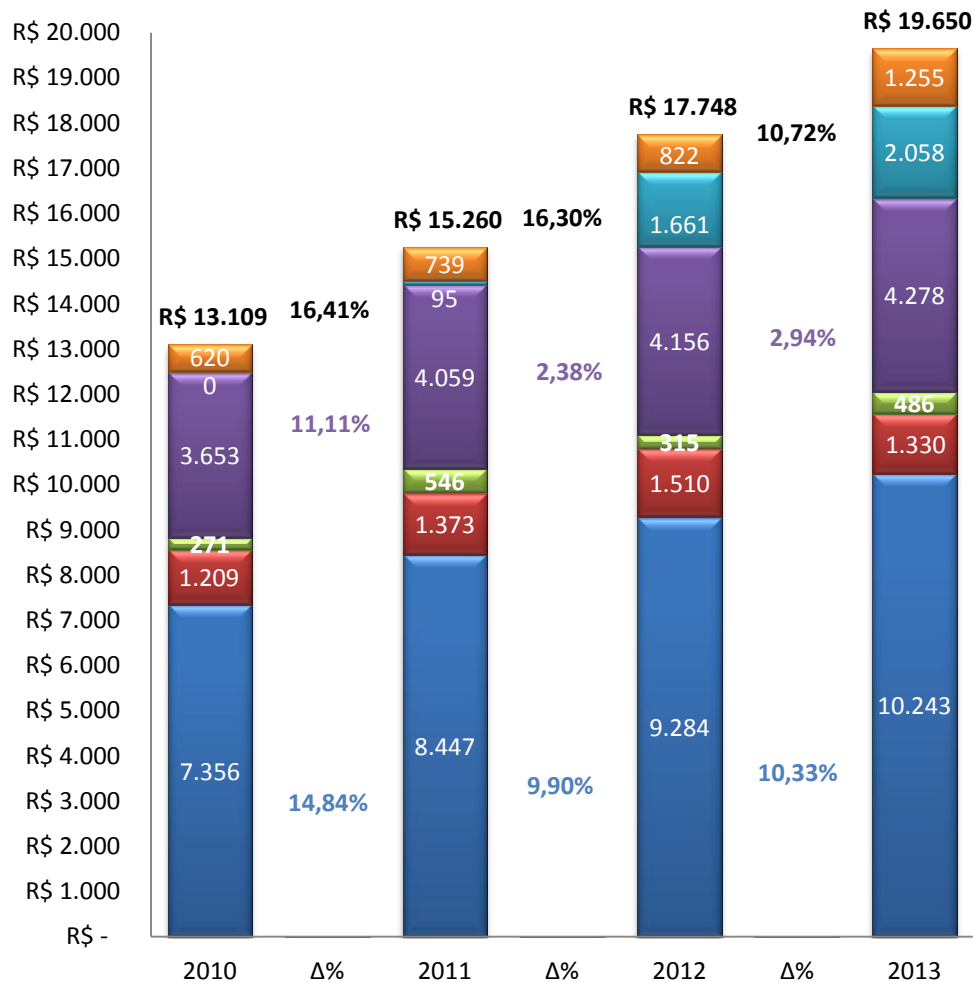




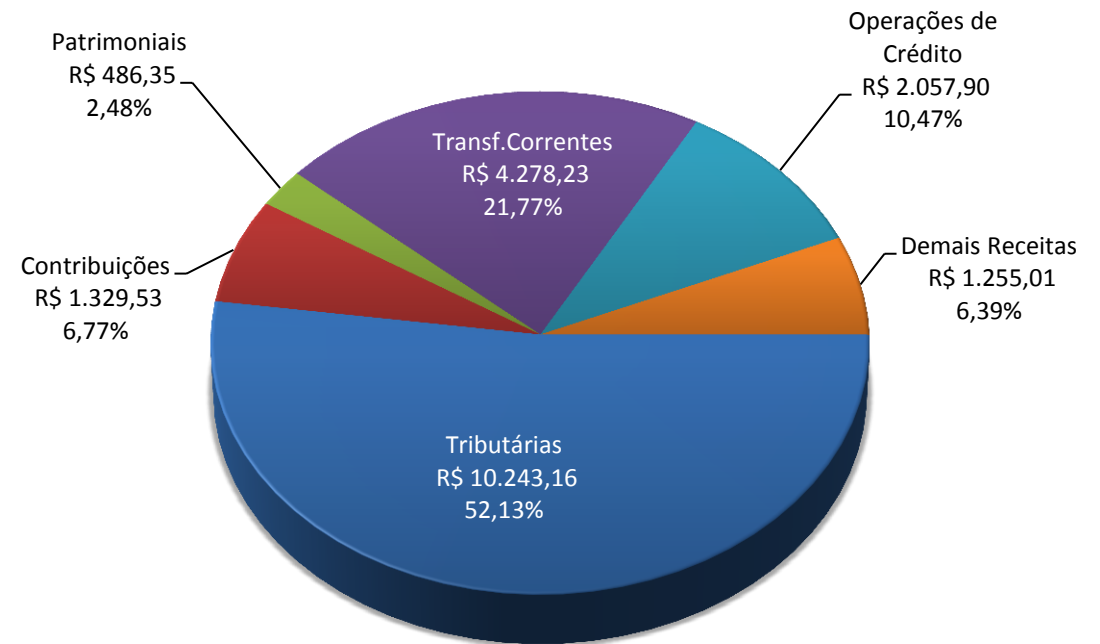
Receita Arrecadada - Valores Líquidos em milhões de R\$

Arrecadadas Líquidas até o mês

- Tributárias
- Contribuições
- Patrimoniais
- Transf. Correntes
- Operações de Crédito
- Demais Receitas



2013 - Arrecadação Líquida

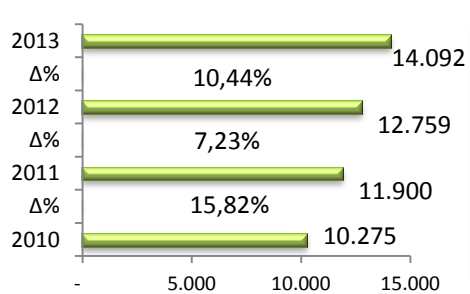




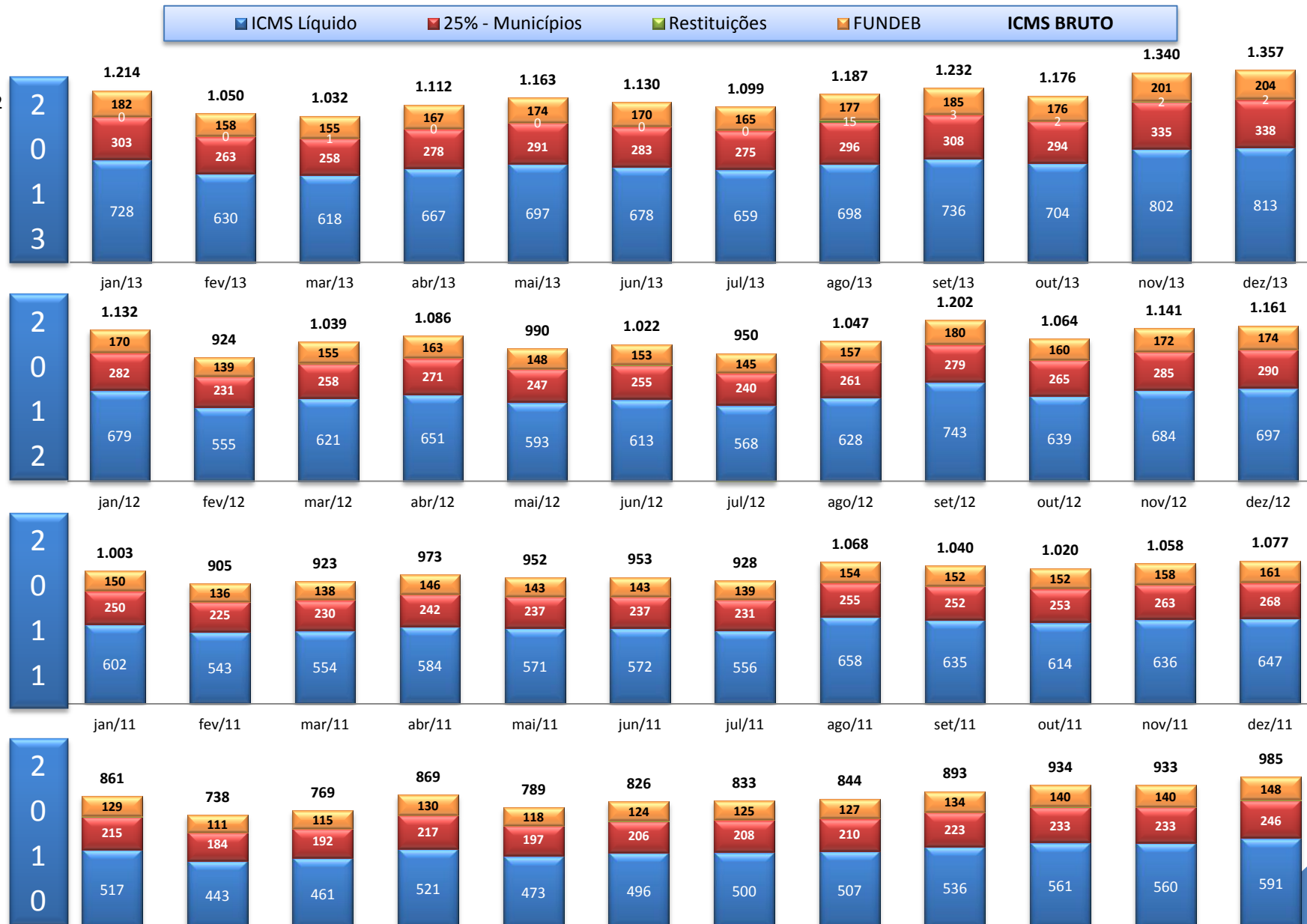
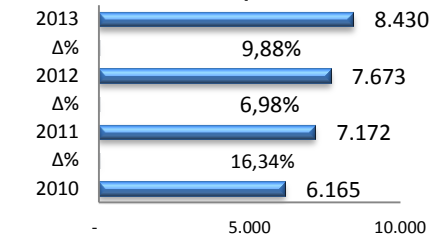
Receita Tributária - Comportamento da arrecadação do ICMS

Em Milhões de R\$

ICMS Bruto - Até o Mês



ICMS Líquido



O ICMS¹ é a maior fonte de receita do Estado e representa mais de 80% das receitas tributárias.

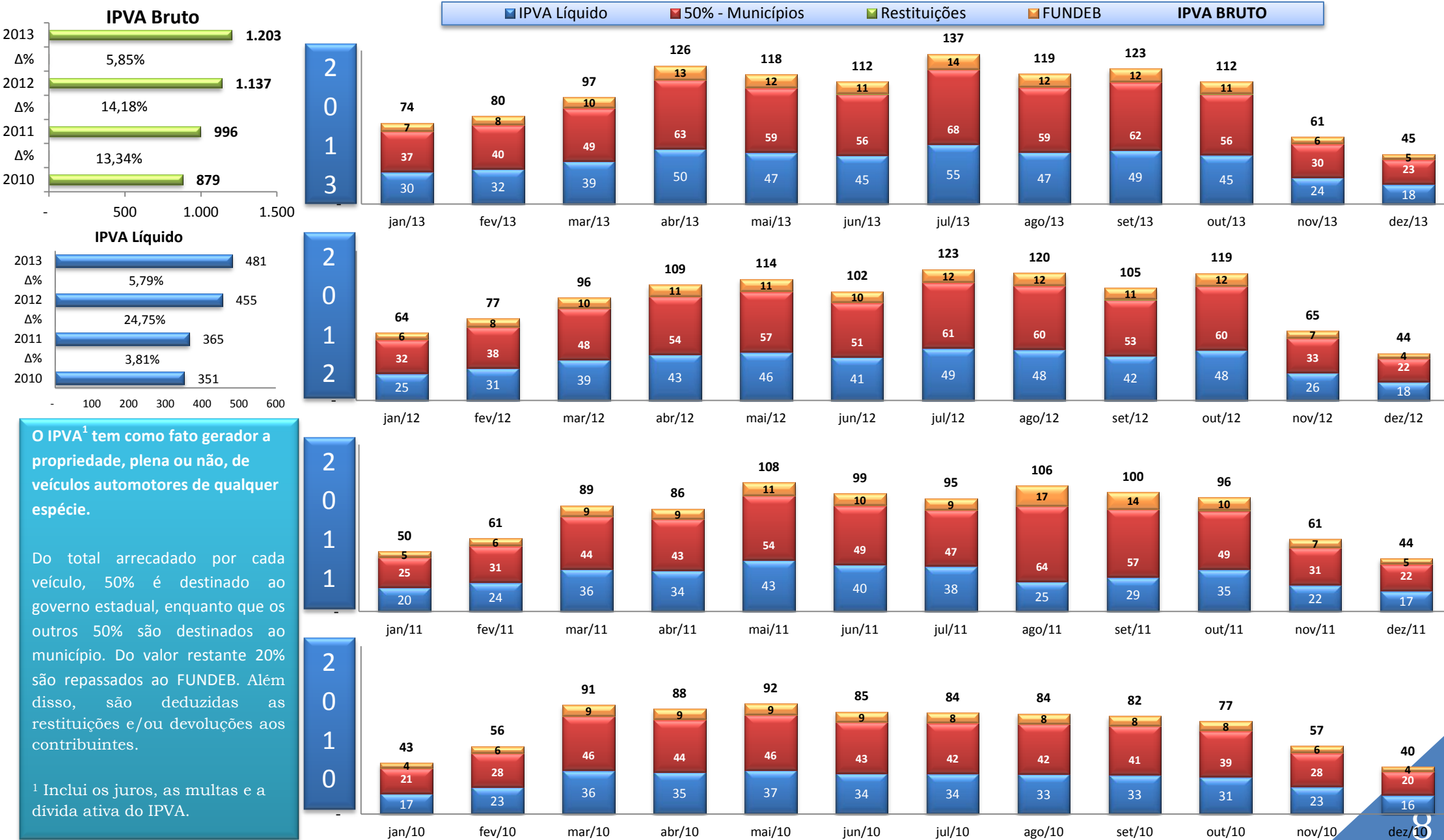
Dos valores arrecadados pelo Estado, **25% são repassados aos municípios por força constitucional.** Do valor restante, **20% são repassados ao FUNDEB.** Além disso, são deduzidas as restituições e/ou devoluções aos contribuintes.

¹ Inclui os juros, as multas e a dívida ativa do ICMS



Receita Tributária - Comportamento da arrecadação do IPVA

Em Milhões de R\$



O IPVA¹ tem como fato gerador a propriedade, plena ou não, de veículos automotores de qualquer espécie.

Do total arrecadado por cada veículo, 50% é destinado ao governo estadual, enquanto que os outros 50% são destinados ao município. Do valor restante 20% são repassados ao FUNDEB. Além disso, são deduzidas as restituições e/ou devoluções aos contribuintes.

¹ Inclui os juros, as multas e a dívida ativa do IPVA.

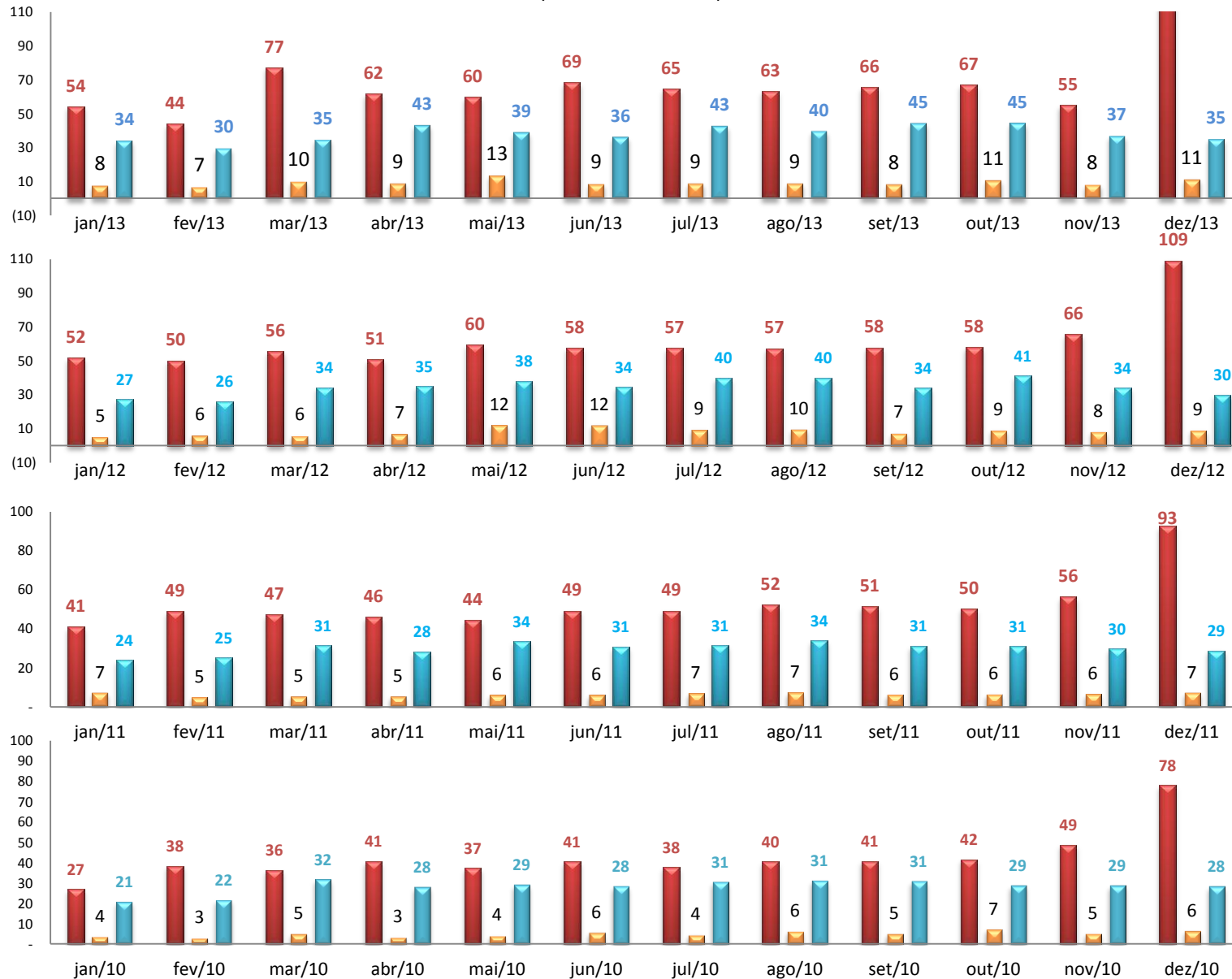


Valores até o mês de Dezembro de cada ano analisado

Receitas Tributárias – Comportamento da arrecadação dos demais tributos

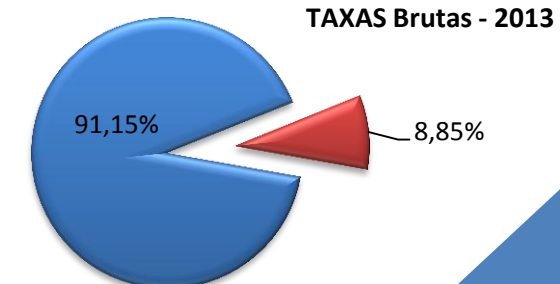
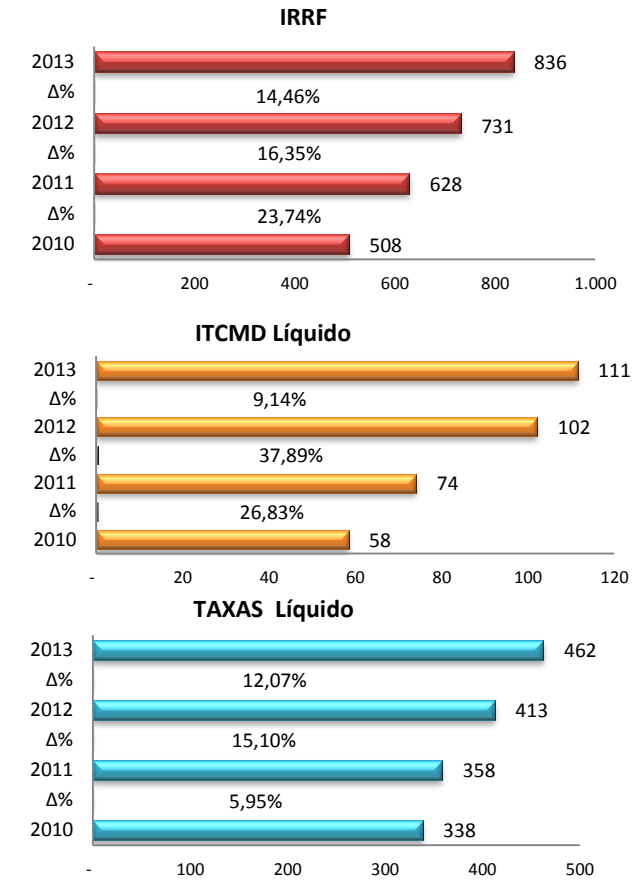
■ IRRF ■ ITCMD Líquido ■ TAXAS Líquido

Em Milhões de R\$



Receita Tributária Líquida

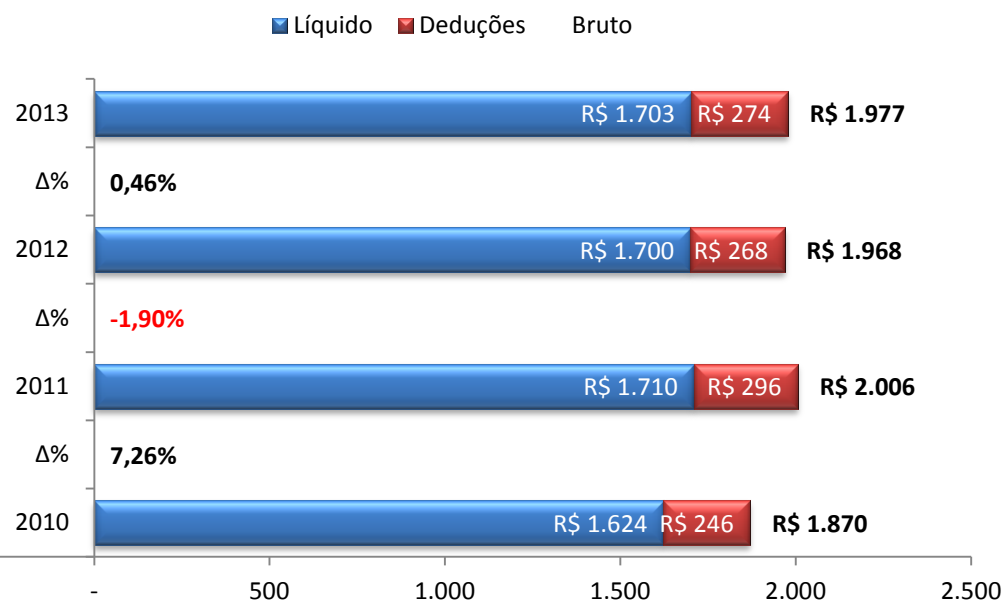
Acrescida das multas, dos juros e da dívida ativa



■ TAXAS DE ATOS DA SEG.PUB. E DEFESA DO CIDADÃO
■ OUTRAS TAXAS



Comportamento das Transferências Constitucionais e Legais recebidas da União – Em Milhões

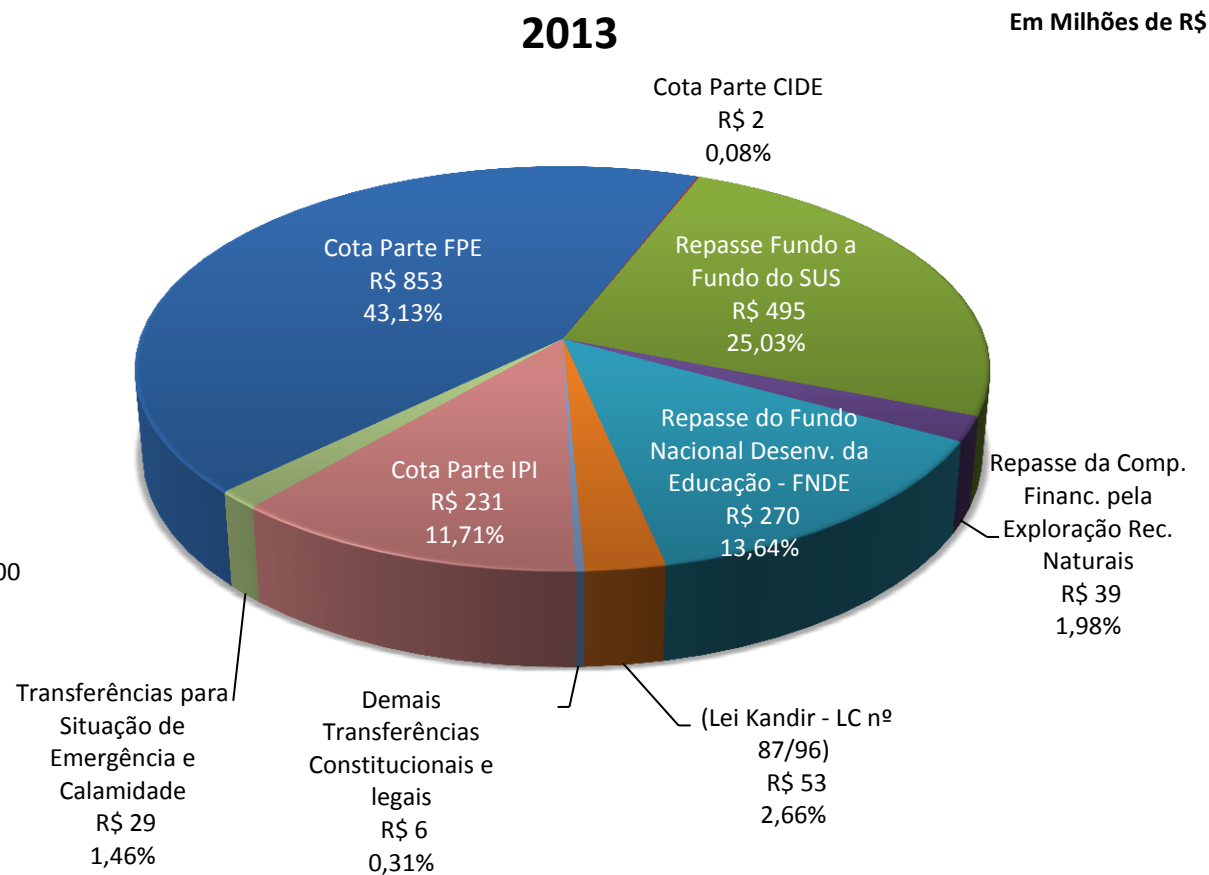


FPE – Fundo de participação dos Estados tem como dedução FUNDEB e Processo de Restituição.

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados tem como dedução Municípios, FUNDEB e Processo de Restituição.

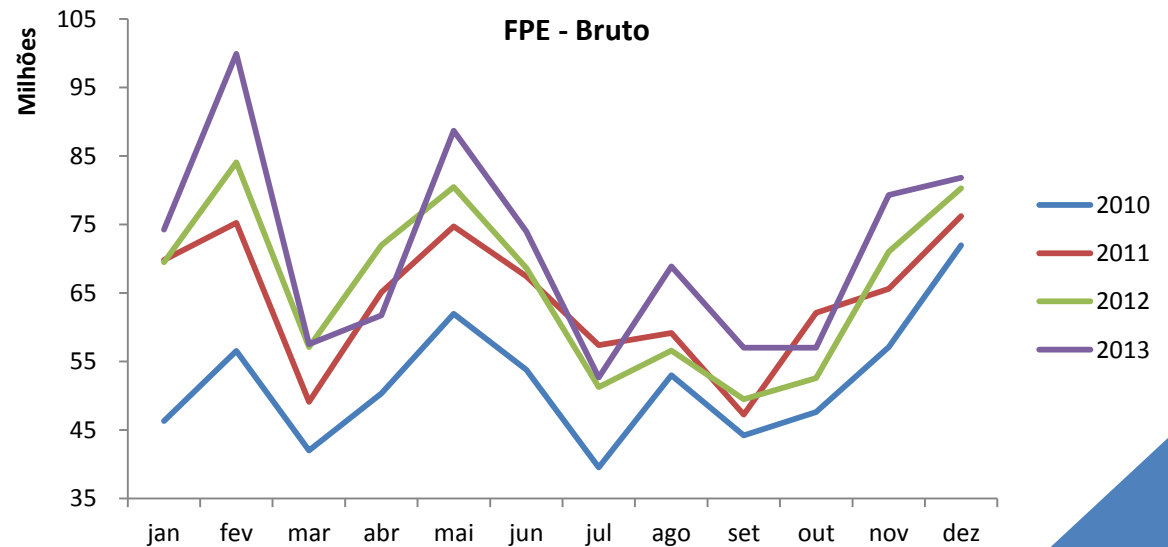
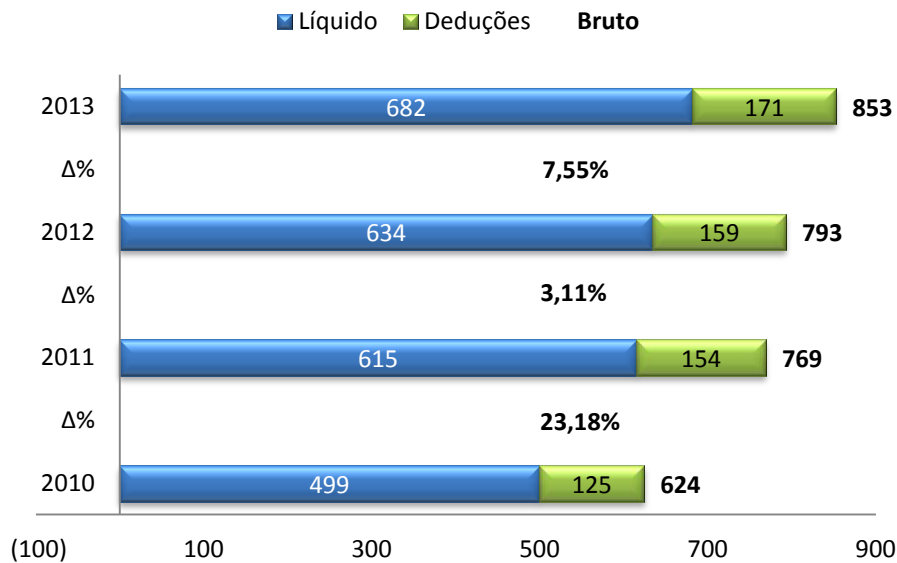
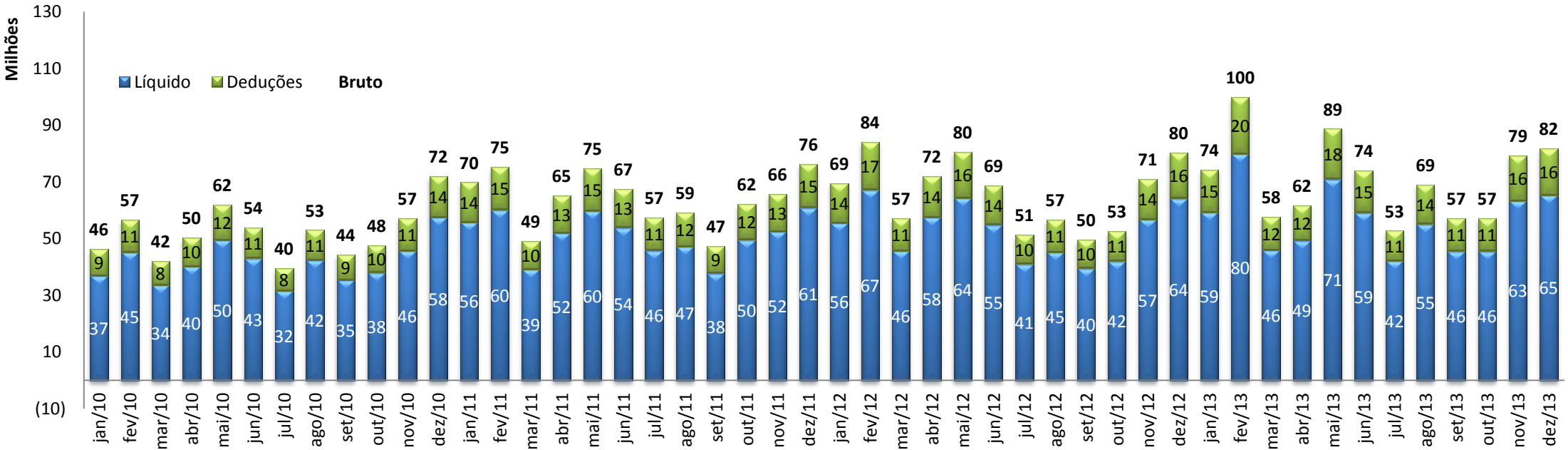
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras tem como dedução FUNDEB e Processo de Restituição.

CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - O governo federal publicou no Diário Oficial da União decreto reduzindo a **zero as alíquotas** da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre os combustíveis.





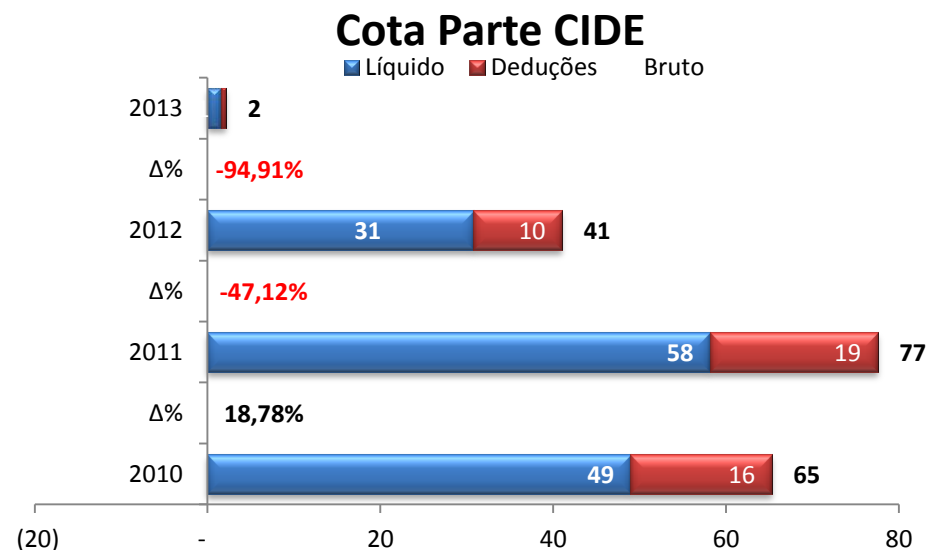
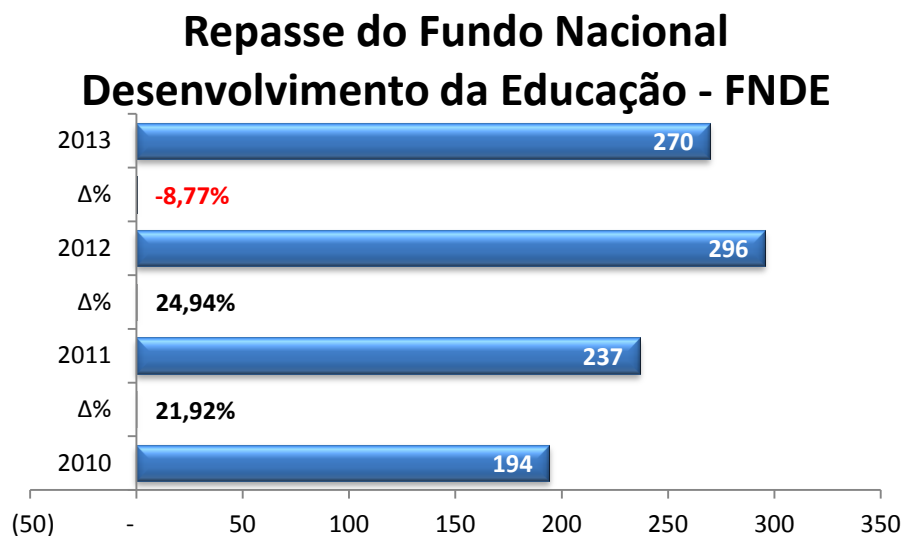
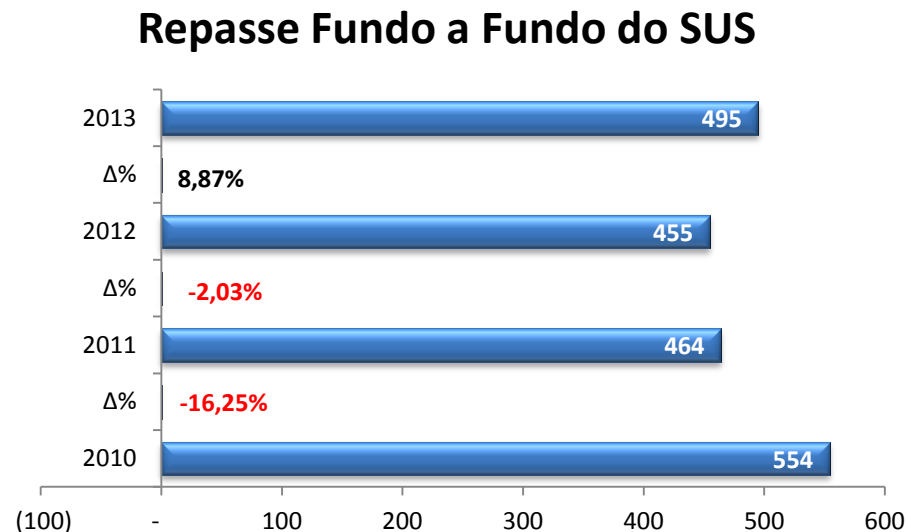
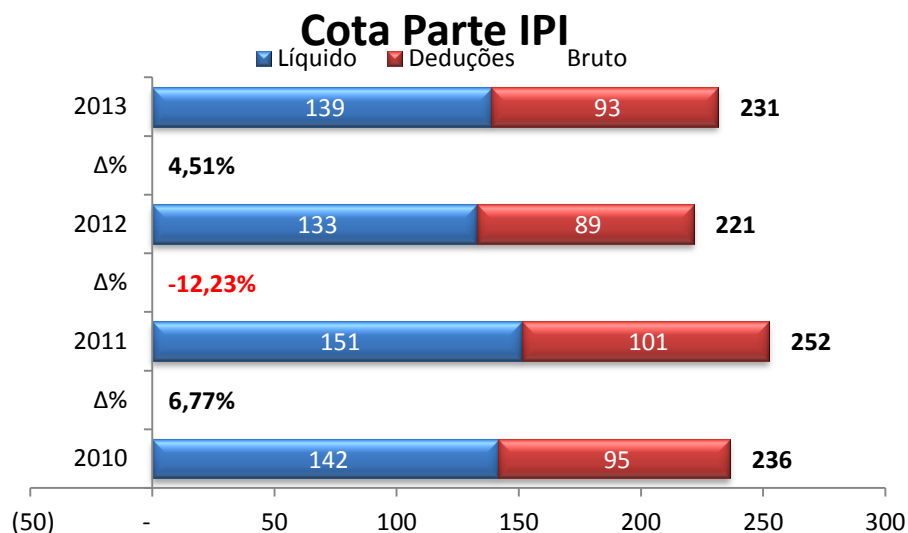
Fundo de Participação dos Estados – FPE





Transferências Constitucionais e Legais recebidas da União

Em Milhões de R\$

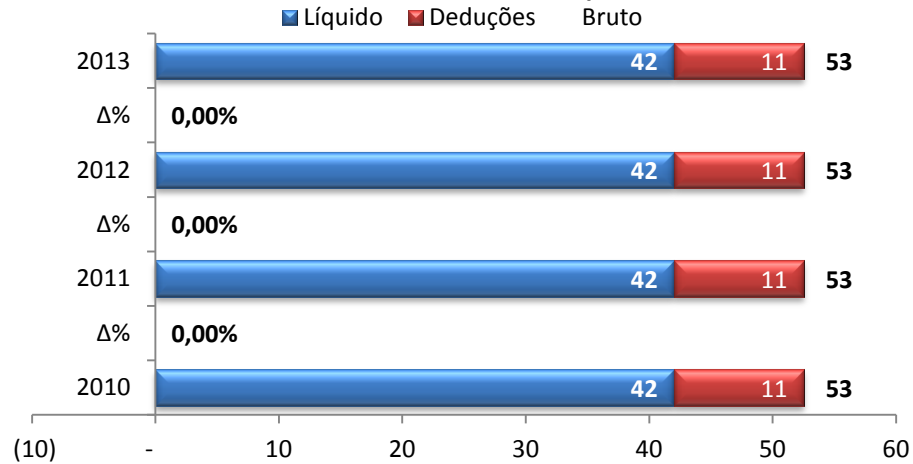




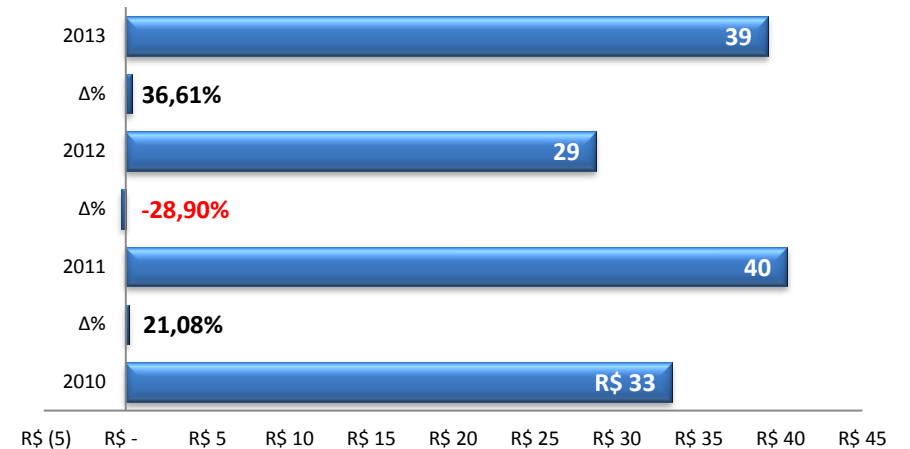
Transferências Constitucionais e Legais recebidas da União

Em Milhões de R\$

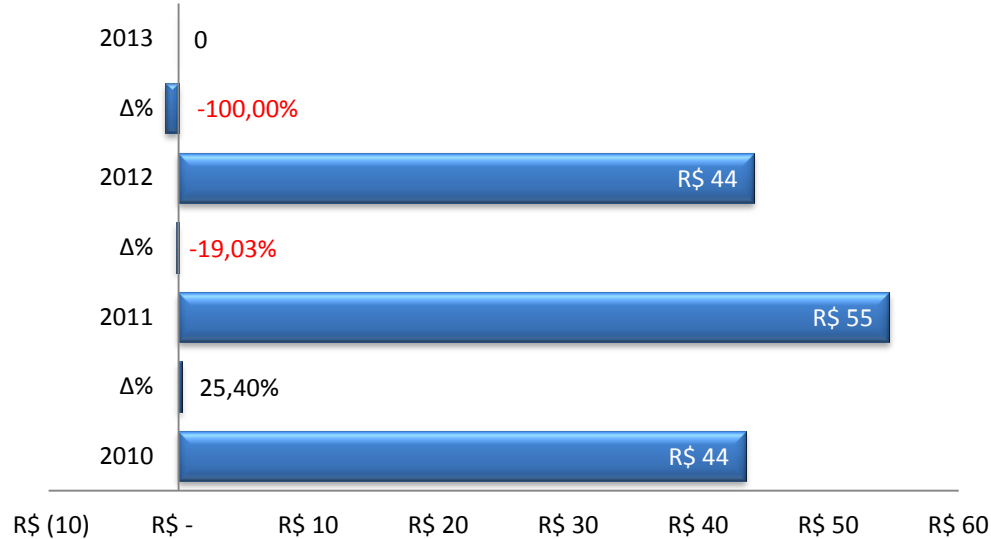
Transferência Financeira do ICMS Desoneração (Lei Kandir - LC nº 87/96)



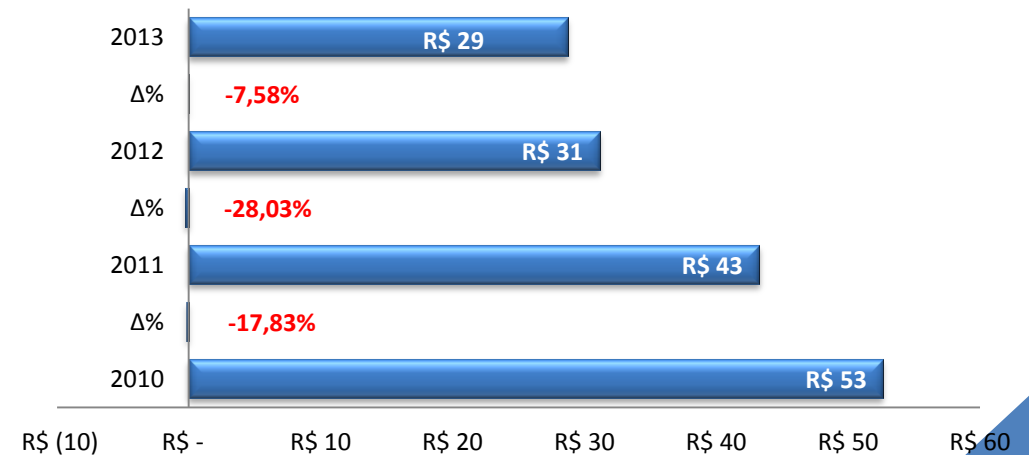
Repasse da Comp. Financ. pela Exploração Rec. Naturais



FEX - Fundo de Auxílio aos Estados Exportadores



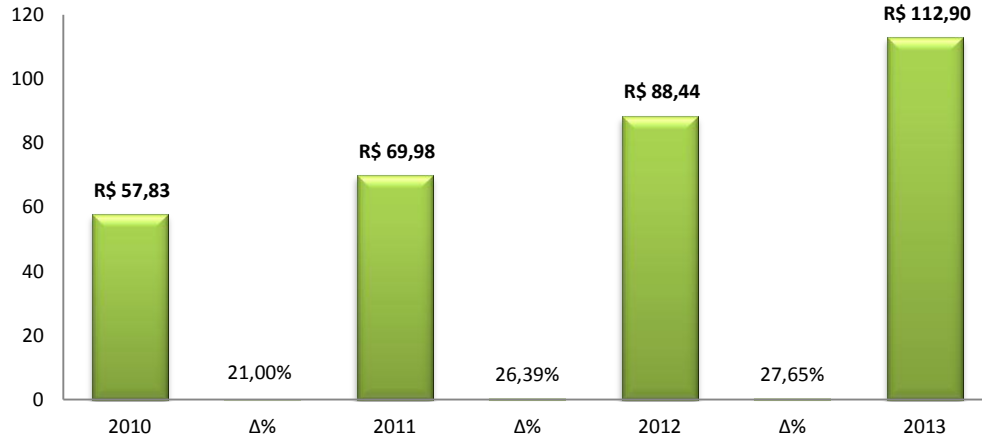
Transferências para Situação de Emergência e Calamidade



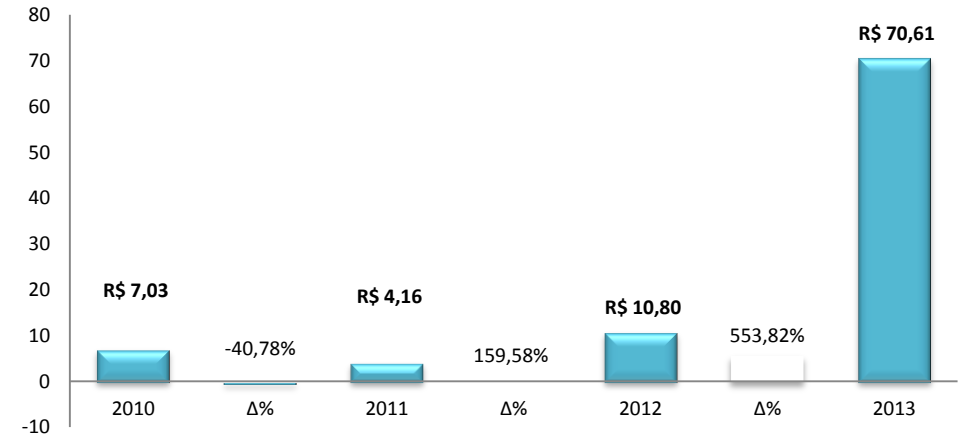


Transferências Voluntárias Recebidas da União

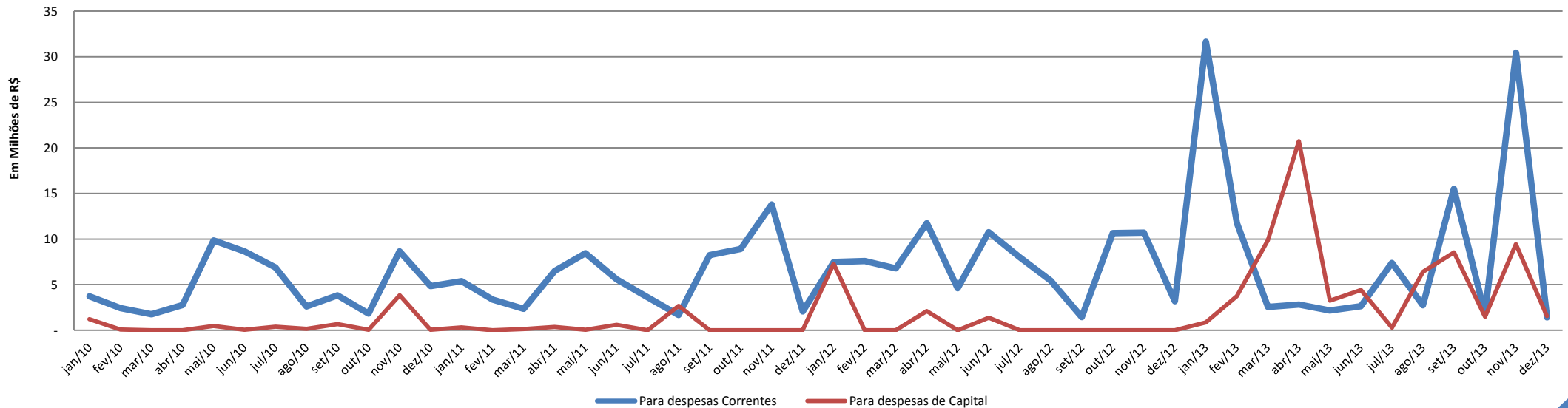
Convênios Recebidos da União para Despesas Correntes



Convênios Recebidos da União para Despesas de Capital



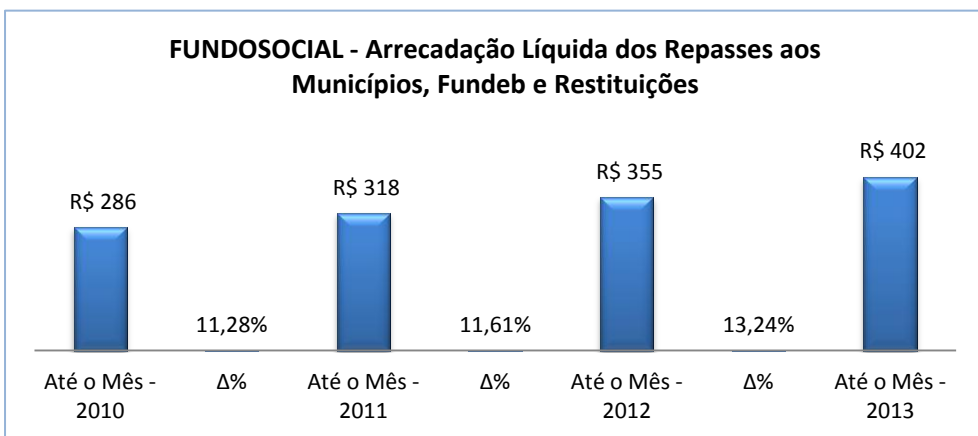
Acompanhamento das Transferências Voluntárias Recebidas da União





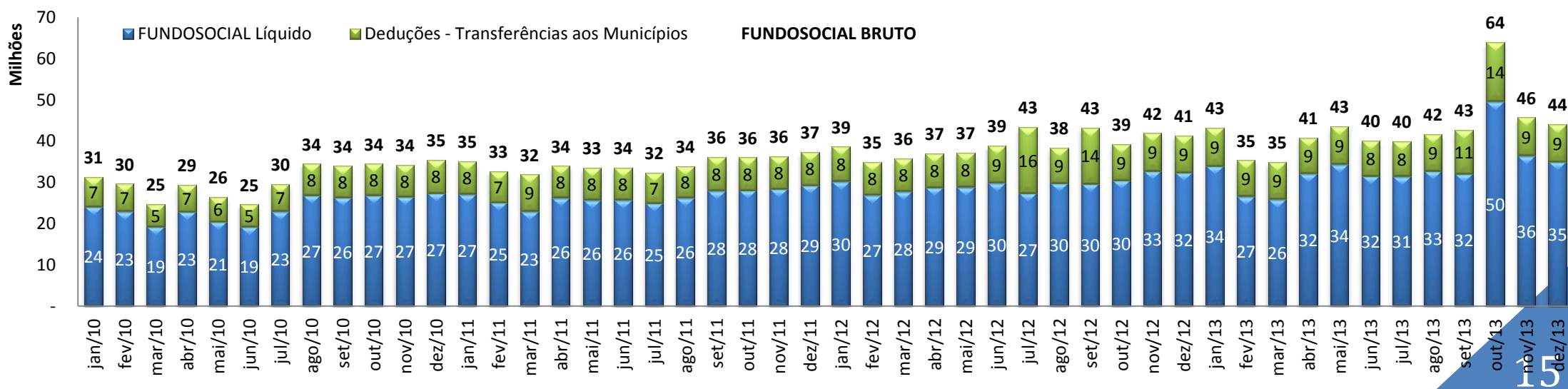
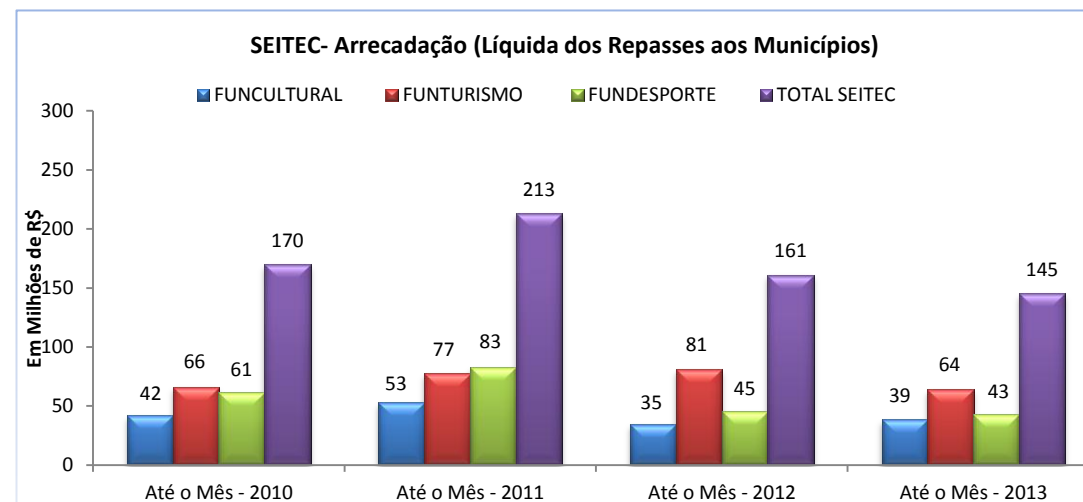
FUNDOSOCIAL

Criado pela Lei nº 13.334/2005, o Fundo de Desenvolvimento Social - FUNDOSOCIAL tem como finalidade financiar programas e ações de desenvolvimento, geração de emprego e renda, inclusão e promoção social, no campo e nas cidades, no Estado de Santa Catarina, inclusive nas áreas da cultura, esporte e turismo, educação especial e educação superior. É um fundo de natureza financeira constituído de reserva de recursos públicos, gerido pela Secretaria de Estado da Fazenda até julho de 2011, quando passou a ser gerido pela Secretaria de Estado da Casa Civil.



SEITEC

O Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte – SEITEC, instituído pela Lei Estadual nº 13.336/05, é composto pelos Fundos Estaduais de Incentivo à Cultura – FUNCULTURAL, ao Turismo – FUNTURISMO e ao Esporte – FUNDESORTE. Os Fundos do SEITEC, geridos pela Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, têm por objetivo estimular o financiamento de projetos culturais, turísticos e esportivos.





Metas Bimestrais de Arrecadação

Conforme determina o art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

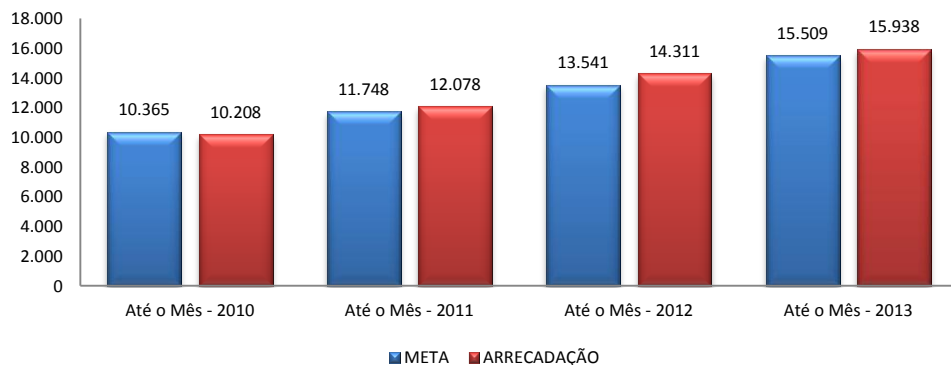
As metas são monitoradas mensalmente, por Fonte de Recursos, agrupadas em dois grupos de destinação de recursos:

- **Recursos do Tesouro** - São aqueles geridos de forma centralizada pelo Poder Executivo, normalmente pelo órgão central de programação financeira, que administra o fluxo de caixa, fazendo liberações aos demais órgãos e entidades integrantes da Lei Orçamentária Anual. As principais receitas são os Impostos (ICMS, IPVA, ITCMD), as Taxas (Segurança Pública e outras), o Salário Educação, a receita recebida do FUNDEB e as Operações de Crédito.

- **Recursos de Outras Fontes** - São aqueles arrecadados e controlados de forma descentralizada e cuja disponibilidade está geralmente sob responsabilidade dos órgãos e entidades da Administração Indireta (Autarquias, Fundações, Fundos Especiais e Empresas), mesmo nos casos em que dependam de autorização do Órgão Central de Programação Financeira para dispor desses valores. Geralmente esses recursos têm origem no esforço próprio das entidades pelo fornecimento de bens, prestação de serviços e exploração econômica do patrimônio próprio.

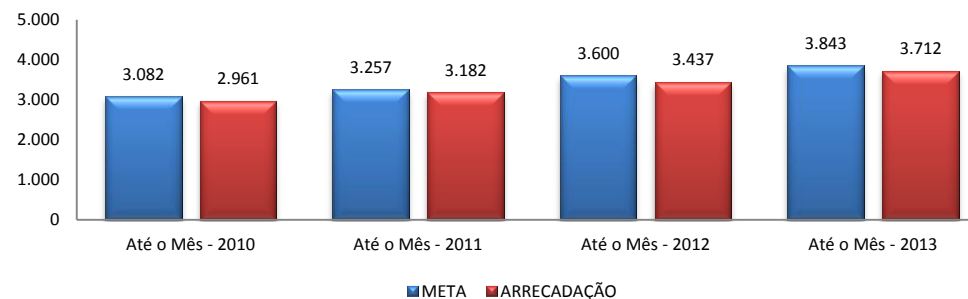
Em Milhões de R\$

Recursos do Tesouro

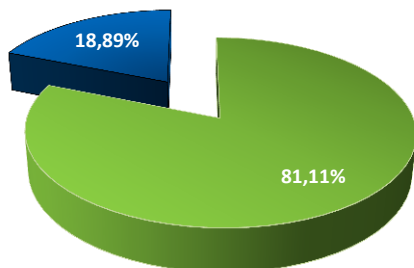


Em Milhões de R\$

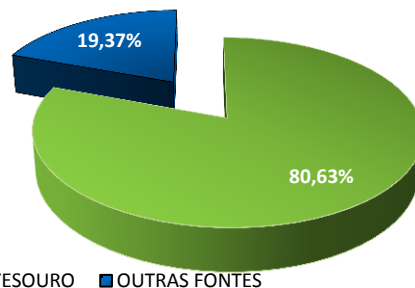
Recursos de Outras Fontes



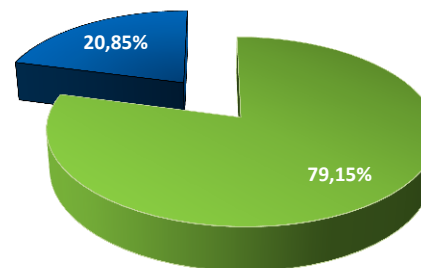
2013 - Arrecadado Até o Mês



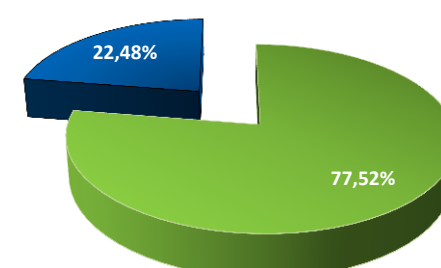
2012 - Arrecadado Até o Mês



2011 - Arrecadado Até o Mês

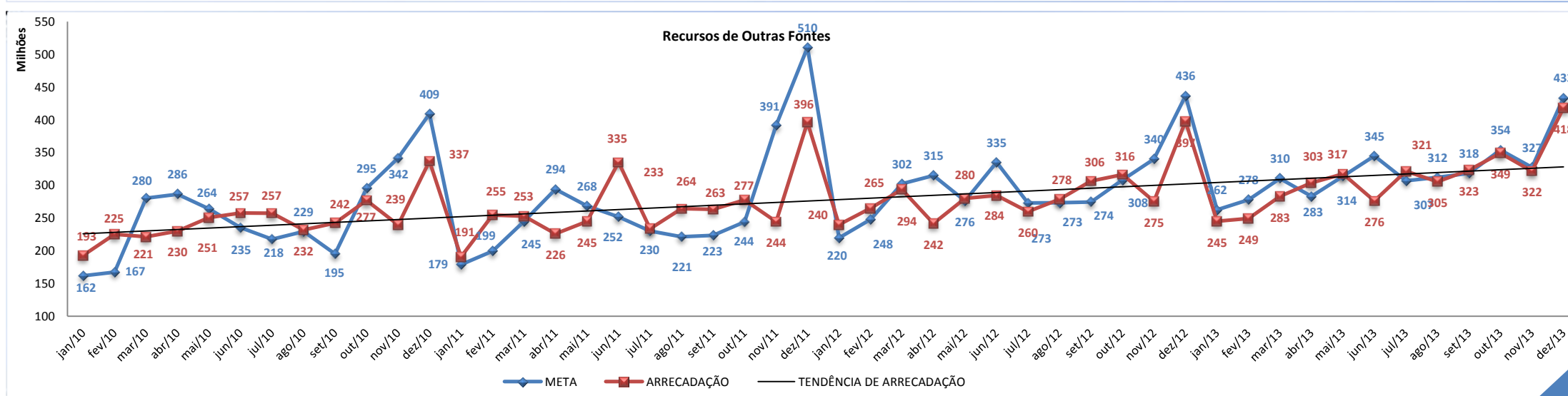
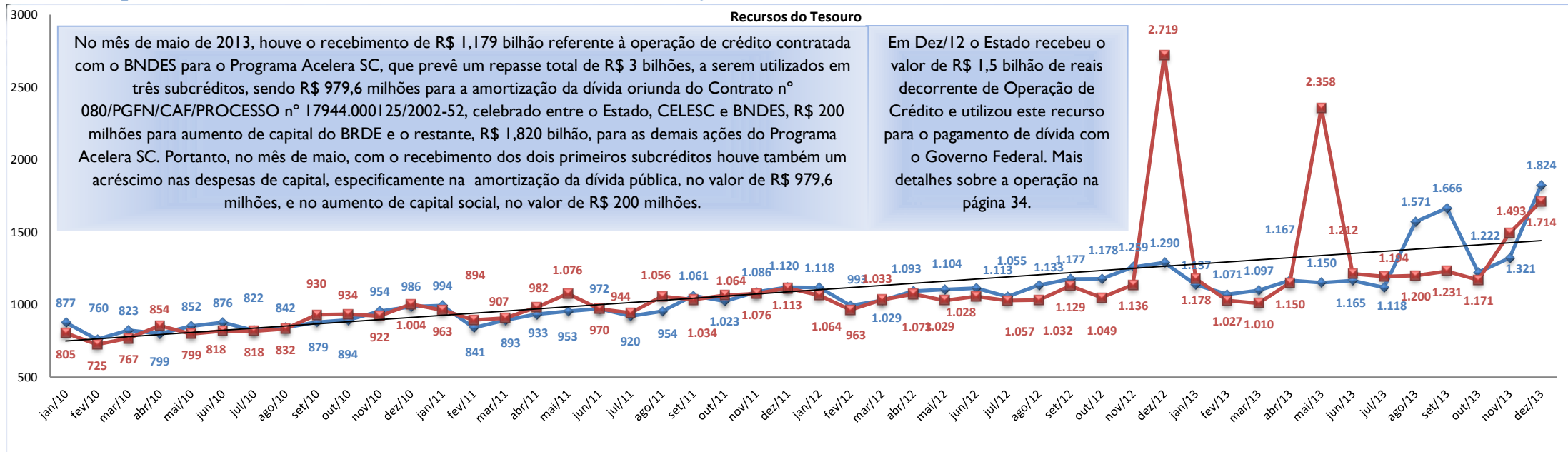


2010 - Arrecadado Até o Mês





Acompanhamento das Metas Bimestrais de Arrecadação

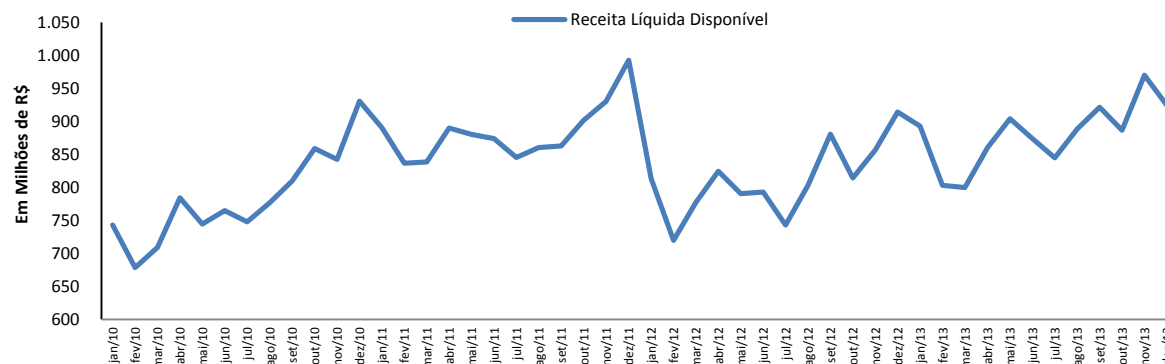
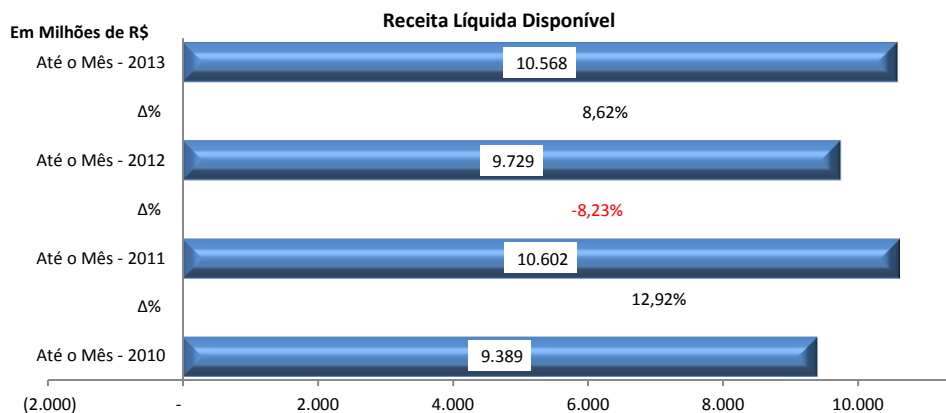


Para maiores informações sobre as Metas Bimestrais de Arrecadação, recomendamos a leitura do Demonstrativo Metas Bimestrais de Arrecadação, disponível no Portal da Transparência www.transparencia.sc.gov.br ou através do link <http://www.sef.sc.gov.br/transparencia/receita-p%C3%BAblica/relatorios/486>



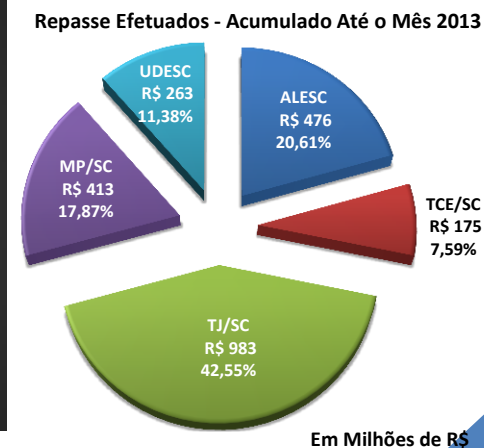
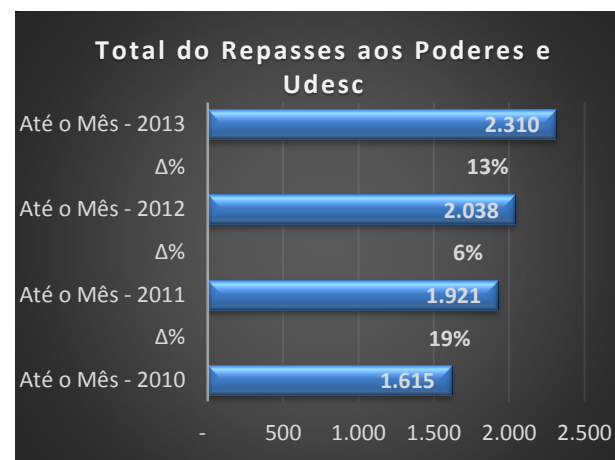
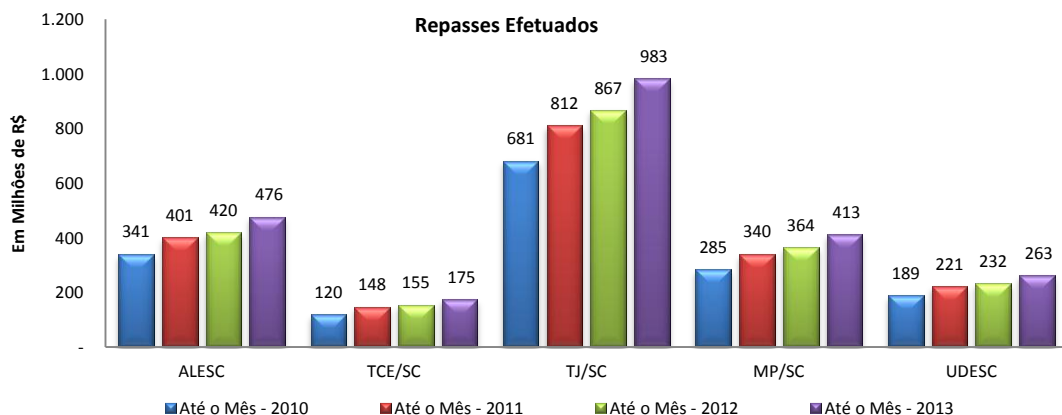
Receita Líquida Disponível – RLD

Conceito de receita estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para elaboração dos orçamentos da Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Udesc.



Repasses Financeiro aos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Udesc

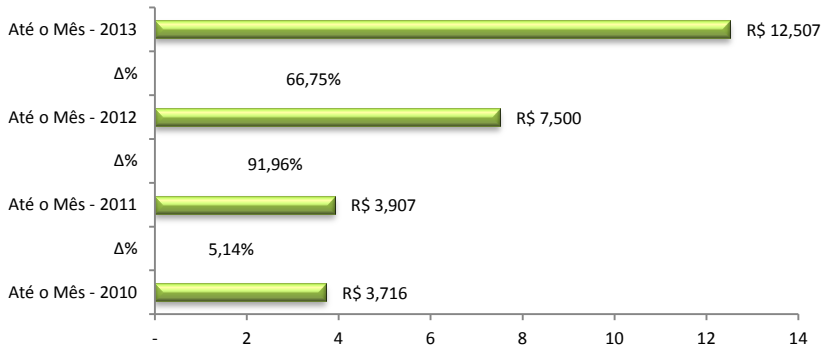
Assim como o conceito da RLD, os percentuais de repasses aos Poderes, Órgãos e Udesc também são definidos na LDO. Cabe ao Tesouro do Estado o repasse mensal, calculado com base da RLD do mês anterior. Para 2013 foram definidos os seguintes percentuais: **Alesc - 4,51%**, **TCE - 1,66%**, **TJ - 9,31%**, **MP - 3,91%** e **UDESC - 2,49%**.



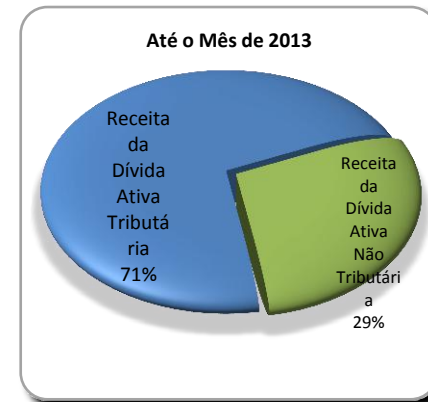
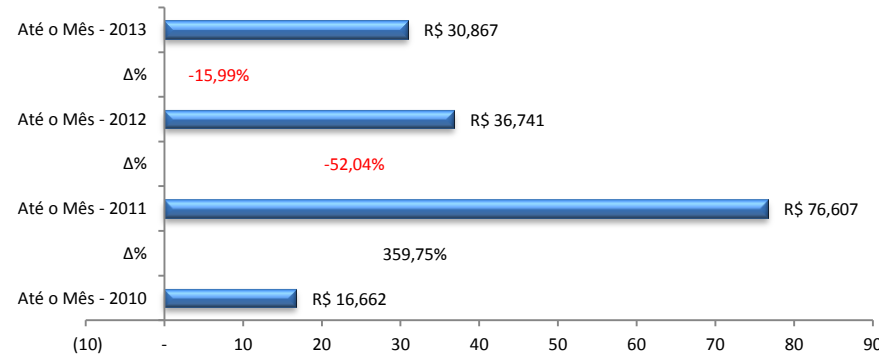


Receita da Dívida Ativa

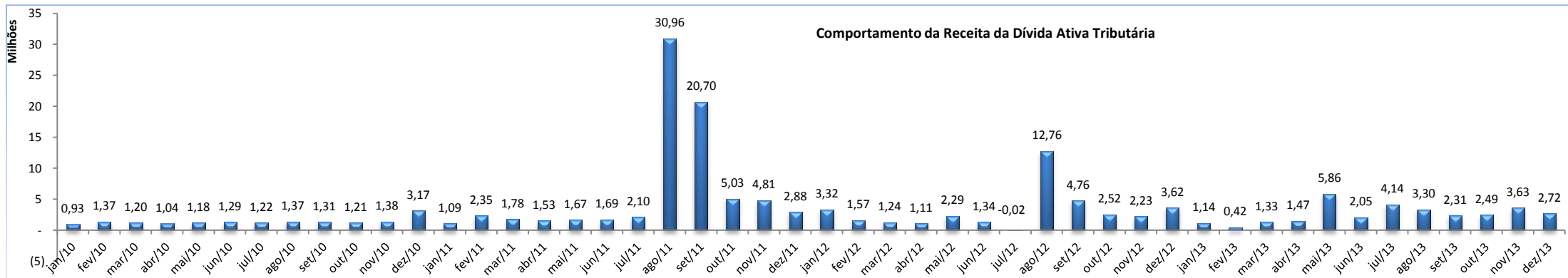
Receita da Dívida Ativa Não Tributária - Em Milhões de Reais



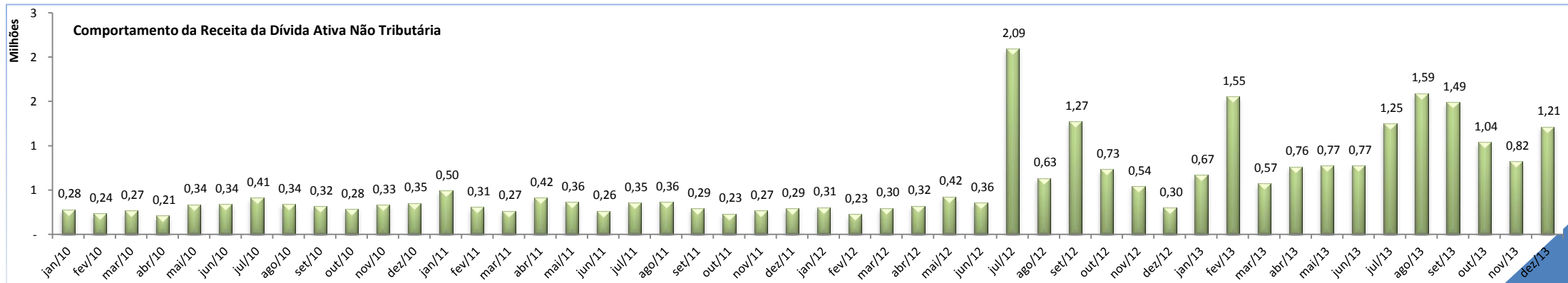
Receita da Dívida Ativa Tributária - Em Milhões de Reais



Comportamento da Receita da Dívida Ativa Tributária



Comportamento da Receita da Dívida Ativa Não Tributária

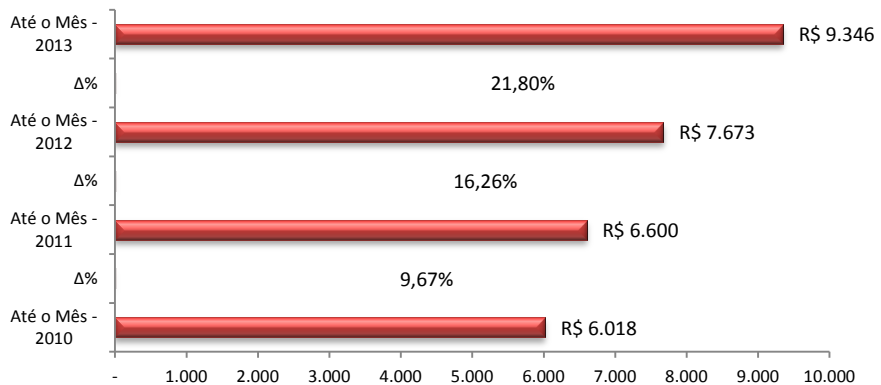


• O comportamento da receita tributária acima da média corresponde ao período de arrecadação dos Programas Revigorar III e IV em 2011 e 2012.

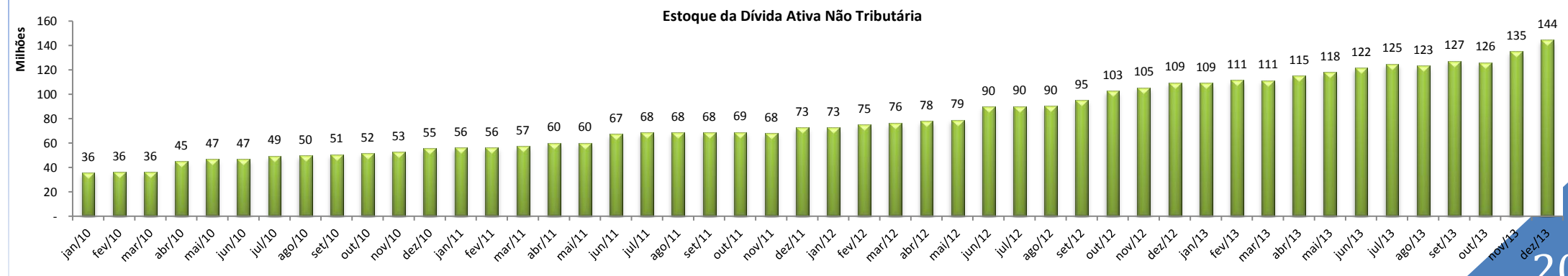
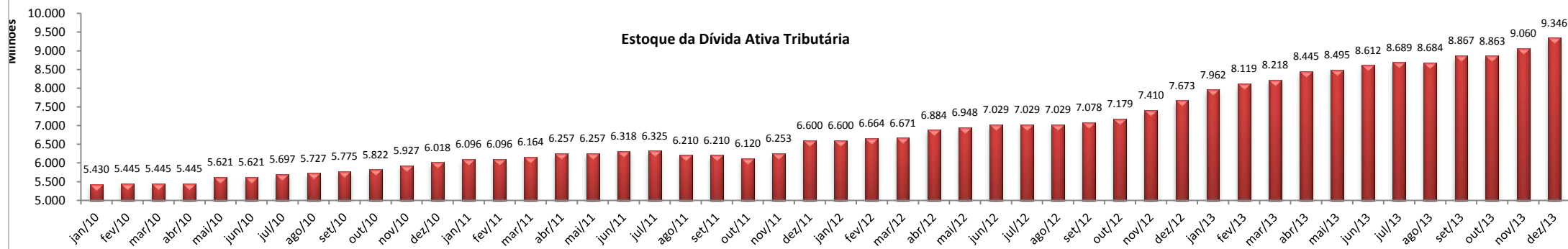
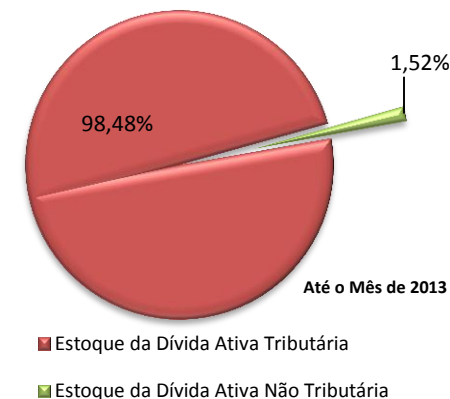
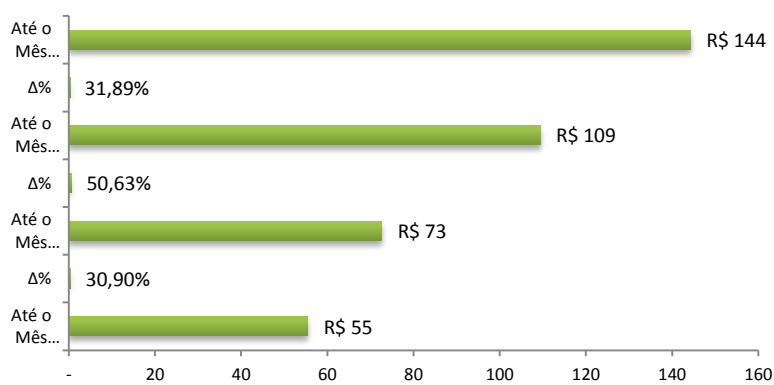


Dívida Ativa

Estoque da Dívida Ativa Tributária - Em Milhões de R\$



Estoque da Dívida Ativa Não Tributária - Em Milhões de R\$



Com ensino de qualidade,
os catarinenses chegam mais longe.



Santa Catarina está preparada para o futuro: aqui existem escolas informatizadas em todas as regiões, laboratórios por tremores em tempo integral. Aliado a esse diferencial, o investimento em novas salas de aula, material didático, uniformes e professores qualificados prepara os alunos para melhores oportunidades. Hoje, segundo a MEC, Santa Catarina apresenta o maior índice de frequência escolar de 14 anos e qualidade de ensino comprovada pelo ISEE*, onde somos os primeiros no ranking nacional de 3ª a 9ª série e do Ensino Médio. Além disso, possuímos o melhor índice de alfabetização do Brasil.**

Secretaria de Estado da Educação



SANTA CATARINA

Para mais informações sobre os projetos da Secretaria da Educação, acesse www.sed.sc.gov.br

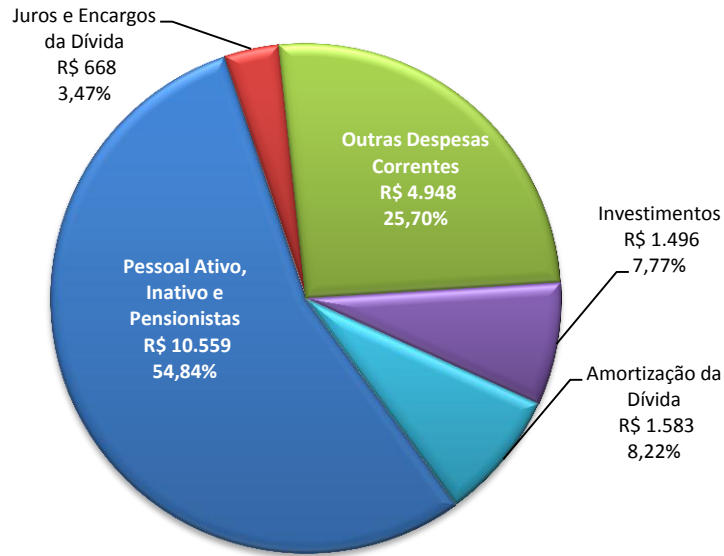
APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

Os recursos públicos arrecadados pelo Estado são aplicados no funcionamento e na manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade, sendo os mais significativos detalhados nas páginas 21 a 28.



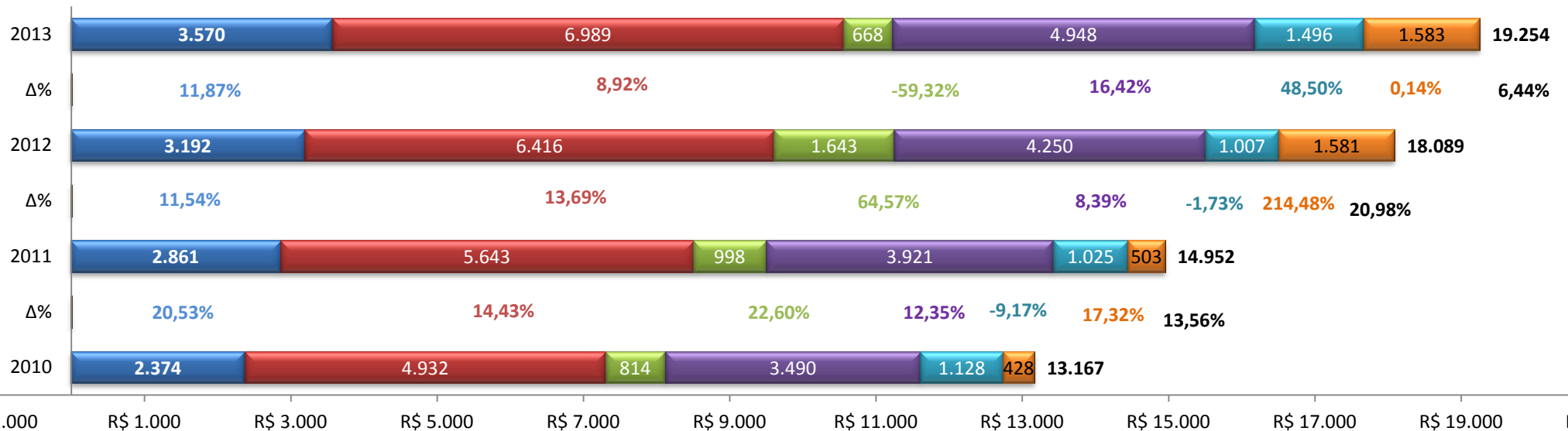


Distribuição das Despesas Empenhadas até o mês 2013



Comparativo da Distribuição das Despesas Empenhadas até o mês

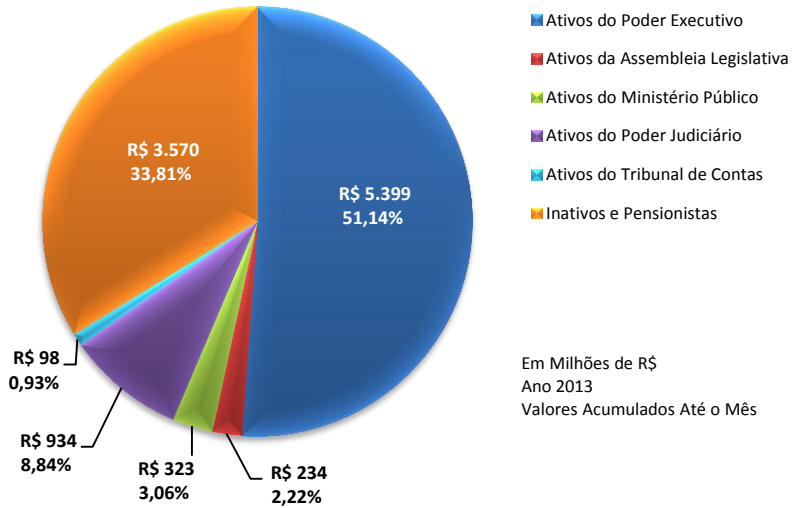
■ Inativos e Pensionistas
 ■ Ativos
 ■ Juros e Encargos da Dívida
 ■ Outras Despesas Correntes
 ■ Investimentos
 ■ Amortização da Dívida





Gasto com Pessoal Ativo, Inativos e Pensionistas

Despesas de Pessoal do Estado

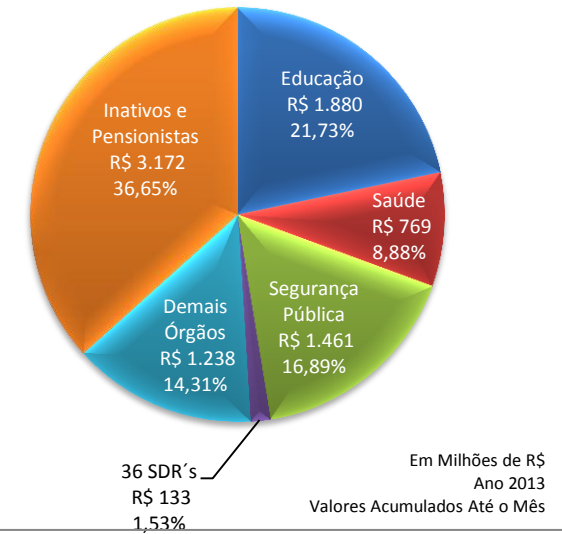


Neste quadro são apresentadas as despesas brutas com Pessoal e Encargos.

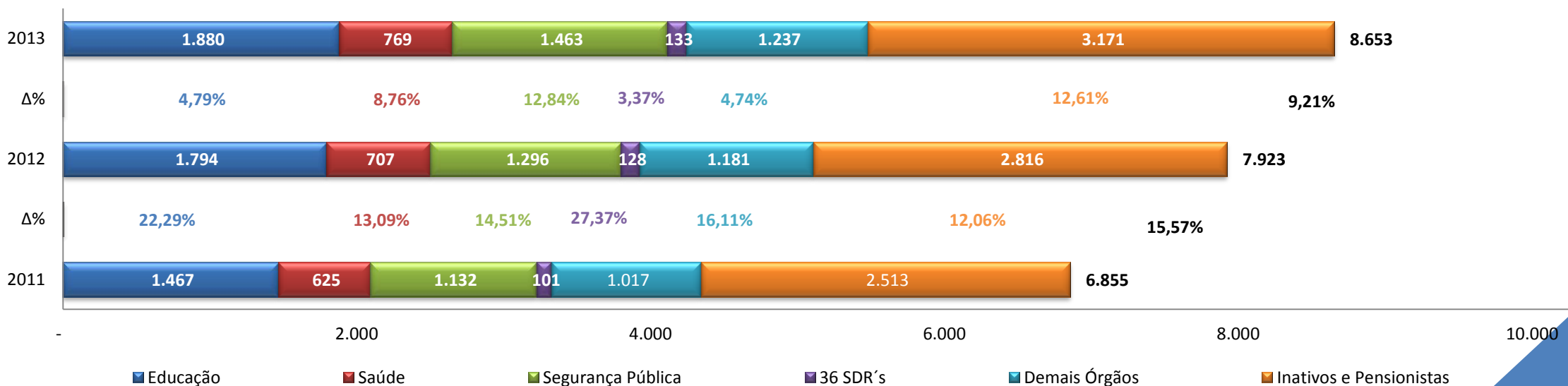
Ressalta-se que as Despesas com Pessoal consideradas para fins de limite da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF diferem das despesas apresentadas neste quadro, pois para o cálculo da LRF são acrescidas as despesas com substituição de mão-de-obra e deduzidas as despesas de exercícios anteriores, sentenças judiciais, indenizações trabalhistas e as despesas de inativos e pensionistas pagas com recursos do IPREV.

Na página 30 pode-se verificar o comportamento das Despesas com Pessoal para fins de limite da LRF.

Despesas de Pessoal do Poder Executivo



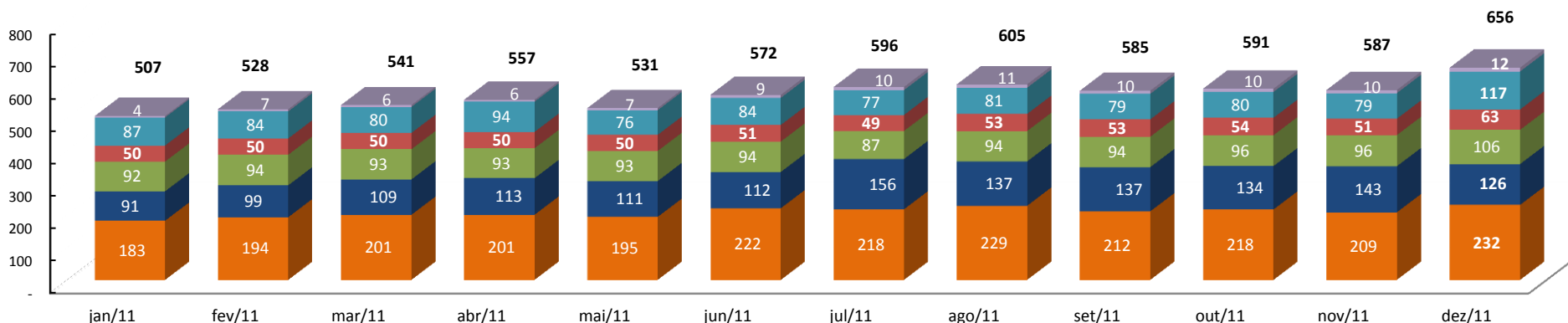
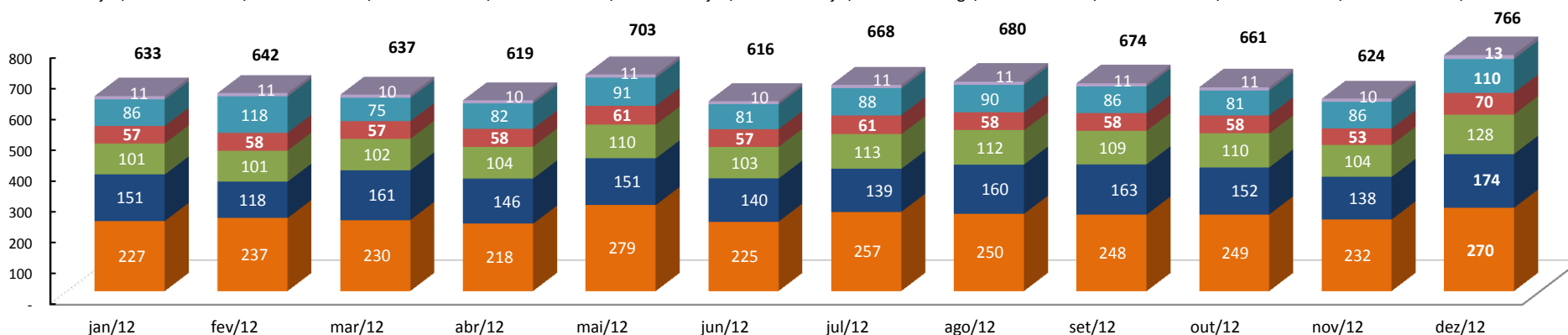
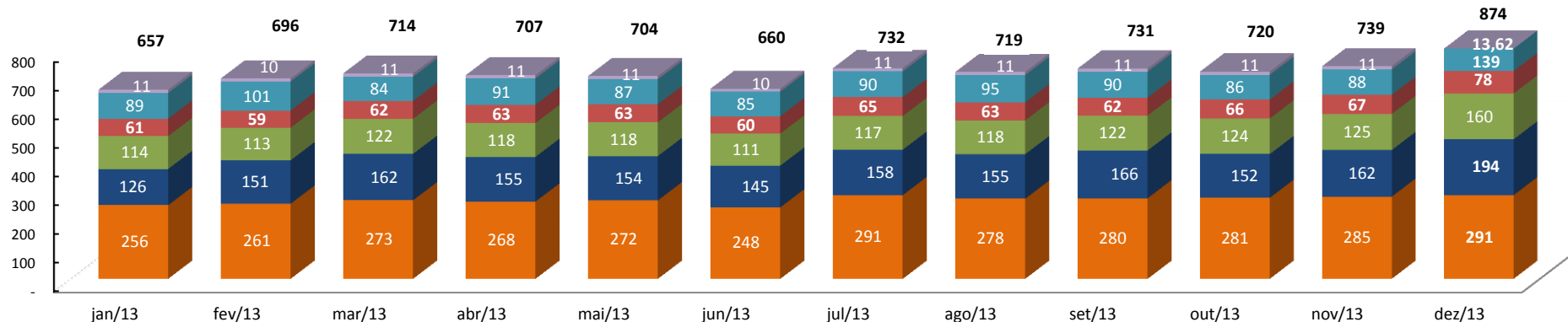
Poder Executivo - Em Milhões de R\$





Acompanhamento Mensal das Despesas de Pessoal do Poder Executivo

■ Inativos e Pensionistas ■ Educação ■ Segurança Pública ■ Saúde ■ Demais Órgãos ■ 36 SDR's



Observação: As nomeações dos ACTs da Educação e dos cargos comissionados das SDRs ocorreram a partir do mês de fevereiro/11. Em Julho/11 foi implantado o piso nacional do Magistério. Em janeiro de 2012 foi concedido reajuste de 8% aos salários dos servidores em duas parcelas: 4% em janeiro e 4% em maio. Além disso, R\$13 milhões da provisão do 13º salário do mês de abril/2012 foram contabilizados em maio/2012.



Déficit Financeiro Previdenciário

O pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores inativos e aos pensionistas é de responsabilidade do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV, conforme definido na Lei Complementar nº 412/2008. No entanto, a própria lei determinou que o déficit financeiro (resultado da diferença entre os valores arrecadados pelo IPREV e os pagamentos aos inativos e aos pensionistas) é de responsabilidade do Poder ou Órgão no qual o servidor está vinculado. O déficit financeiro repassado mensalmente pelo Poder ou Órgão ao IPREV também é chamado de cobertura da insuficiência financeira. No caso do Poder Executivo a responsabilidade da cobertura da insuficiência financeira é do Tesouro do Estado.

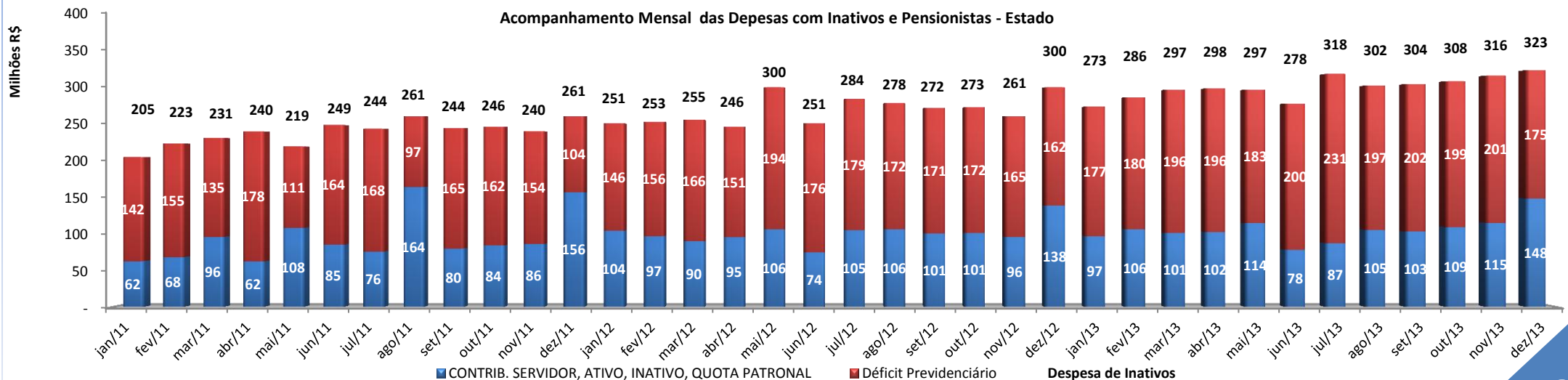
Estado - Consolidado



Poder Executivo



Acompanhamento Mensal das Despesas com Inativos e Pensionistas - Estado





Investimentos e Custeio dos Serviços Públicos

Investimentos

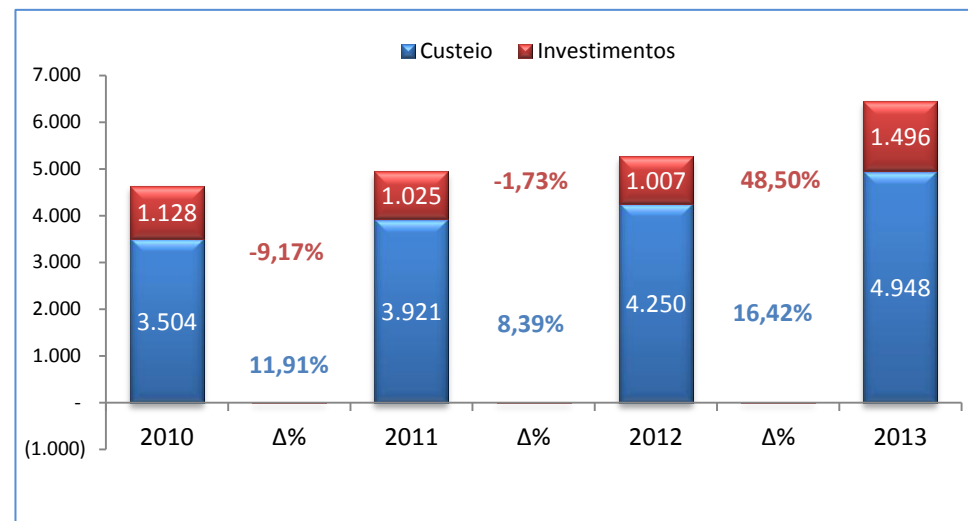
Representam as despesas de capital destinadas ao planejamento e à execução de obras públicas, à aquisição de instalações, de equipamentos e de materiais permanentes. No valor total dos investimentos também foram consideradas as inversões financeiras¹.

¹ Representam as despesas com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização, a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital, bem como as despesas com constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

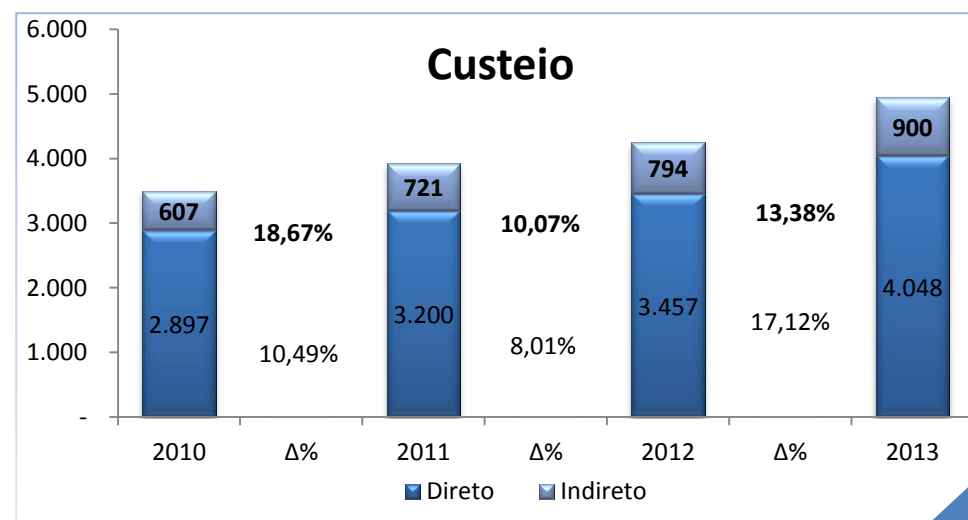
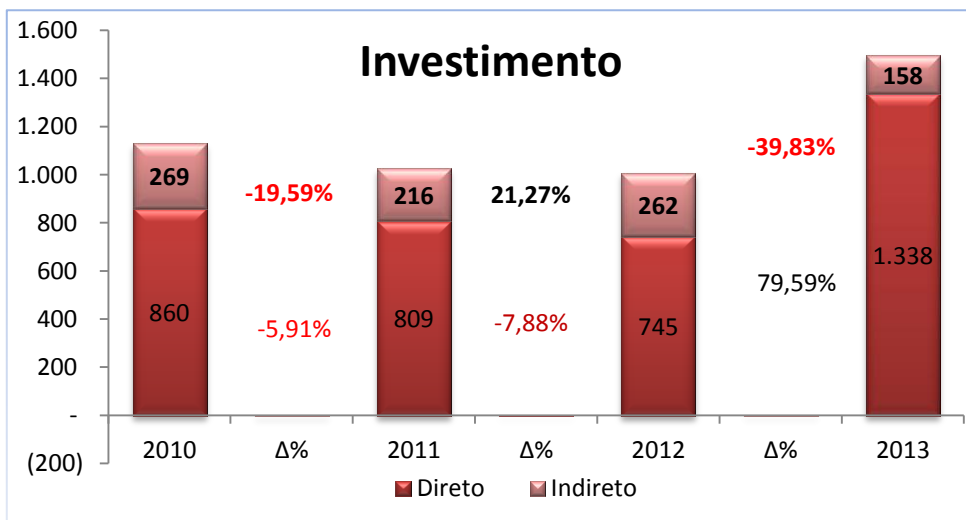
Despesas de Custeio

São as despesas necessárias à manutenção da ação governamental e à prestação de serviço público, tais como: serviços de terceiros, compra de material de consumo e gasto com conservação de bens móveis e imóveis.

Em Milhões de R\$



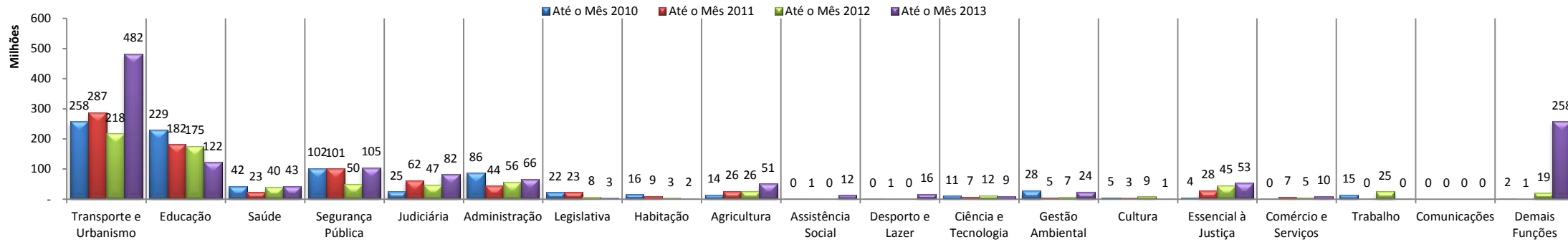
Os investimentos e as despesas de custeio podem ser realizados diretamente pelo Estado (diretos) ou mediante transferências voluntárias para entidades públicas ou privadas (indiretos). Os investimentos e as despesas de custeio realizados diretamente pelo Estado são detalhados nas páginas 26 a 27. Já as transferências voluntárias realizadas pelo Estado são apresentadas na página 28.



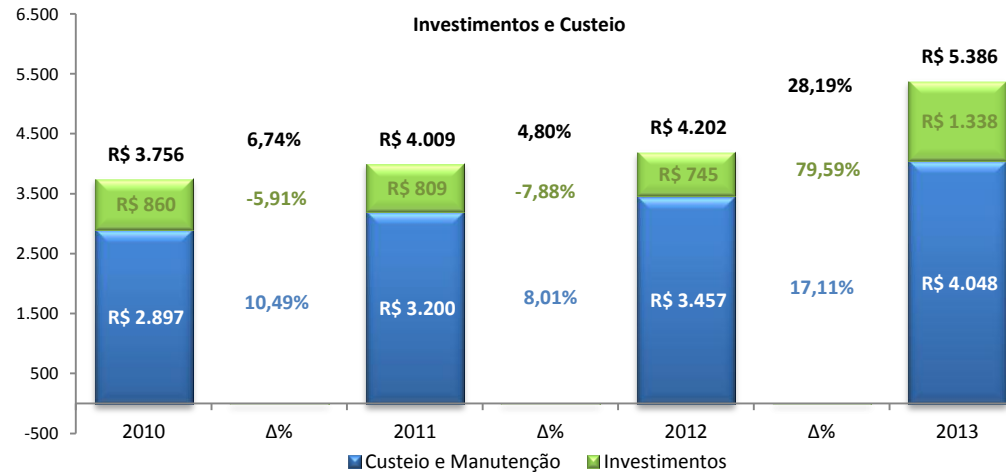
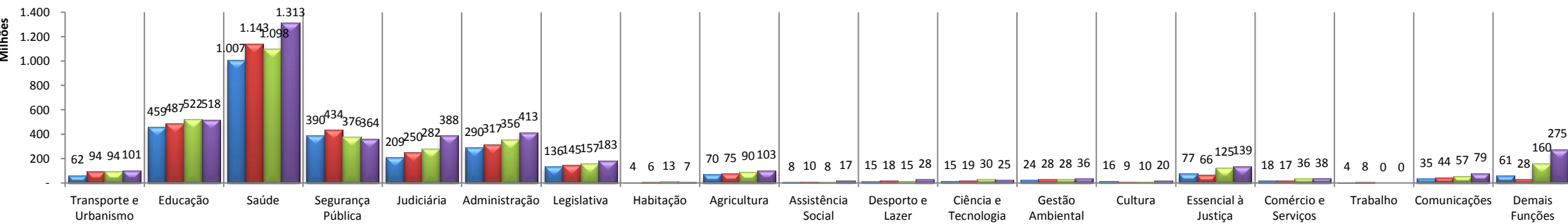


Investimentos e Custeio dos Serviços Públicos - Aplicados diretamente pelo Estado

Investimentos por Função de Governo



Custeio dos Serviços Públicos por Função de Governo

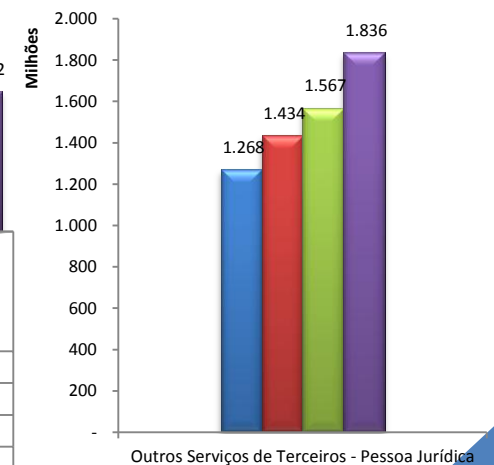
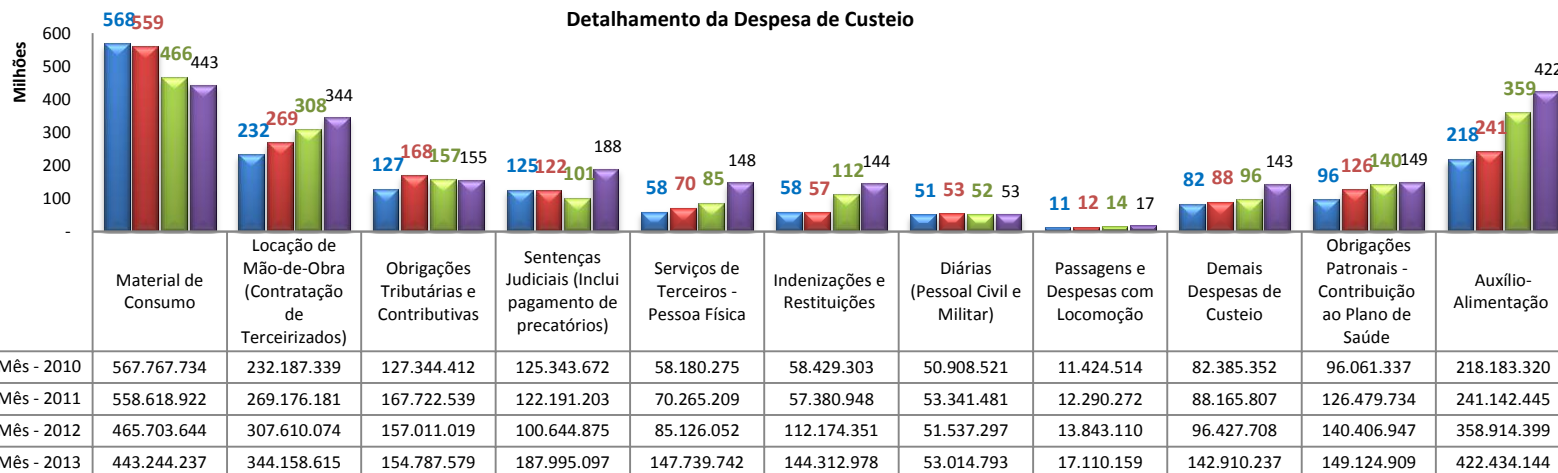
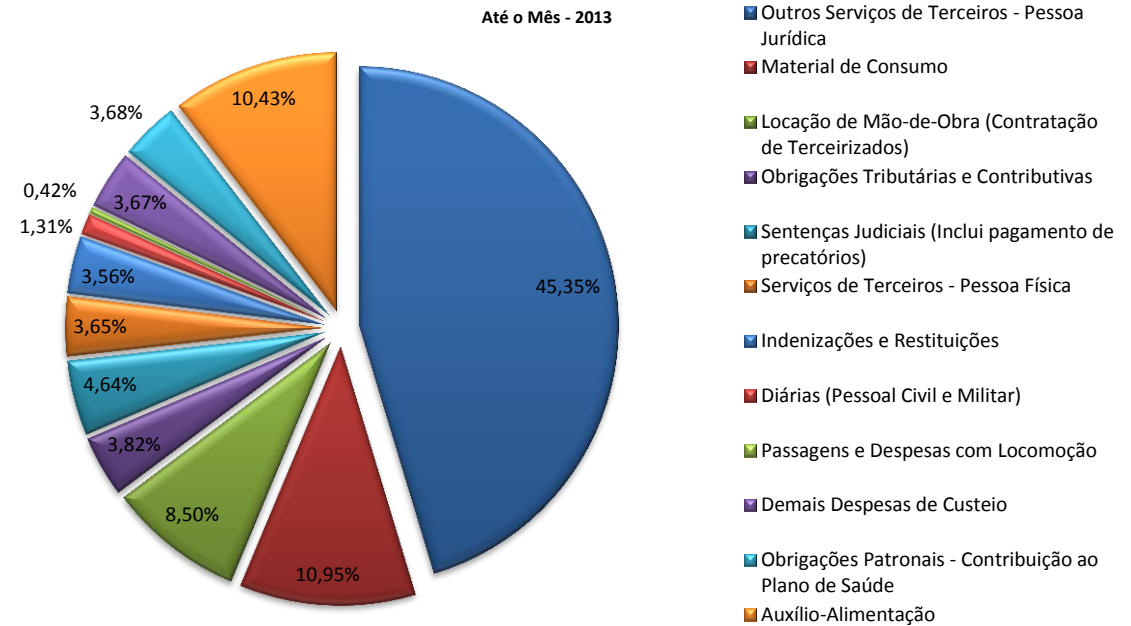
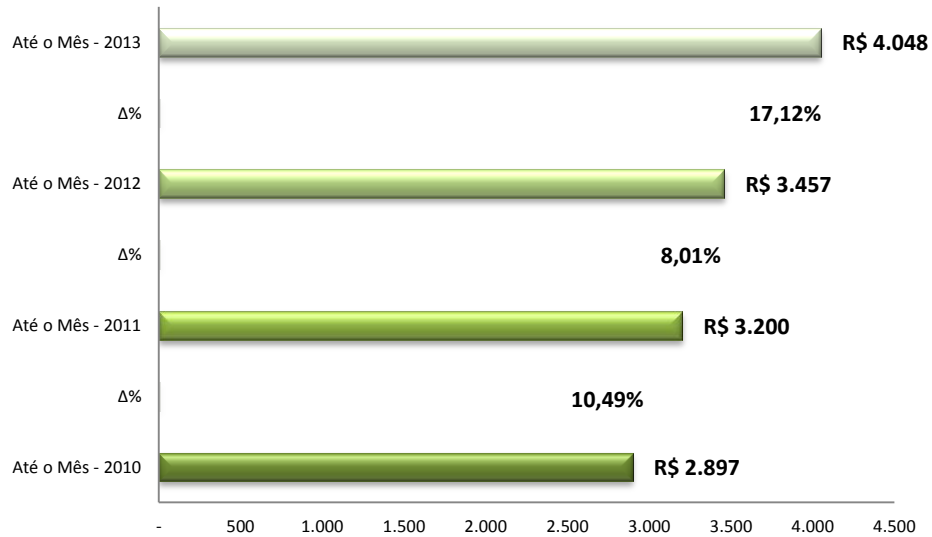




Detalhamento das despesas com custeio dos serviços públicos – Aplicados diretamente pelo Estado

As despesas de Custeio são aquelas que visam a manutenção dos serviços públicos existentes e que se destinam à conservação de bens móveis e imóveis. Aqui são detalhadas as despesas aplicadas diretamente pelo Estado.

Despesas de Custeio - Em milhões



O auxílio-alimentação concedido aos servidores foi reajustado em janeiro de 2012 em 100%, dividido em duas parcelas: 67% em janeiro e 33% em julho.



Transferências voluntárias realizadas pelo Estado

As transferências voluntárias são recursos transferidos pelo Governo do Estado aos Municípios e às Instituições Privadas, com ou sem fins lucrativos, para execução de despesas correntes ou de capital e que não decorram de determinação constitucional ou legal.

Existem quatro tipos de transferências: Contribuições, Auxílios, Serviços de Transporte Escolar e Subvenções Sociais.

Contribuições

Representam os recursos repassados aos Municípios ou Instituições Privadas para atender despesas de manutenção (compra de material de consumo, contratação de serviços de terceiros, etc). Não exigem contraprestação direta de bens e serviços

Auxílios

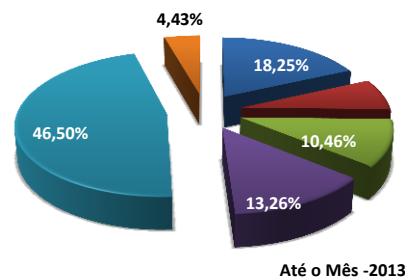
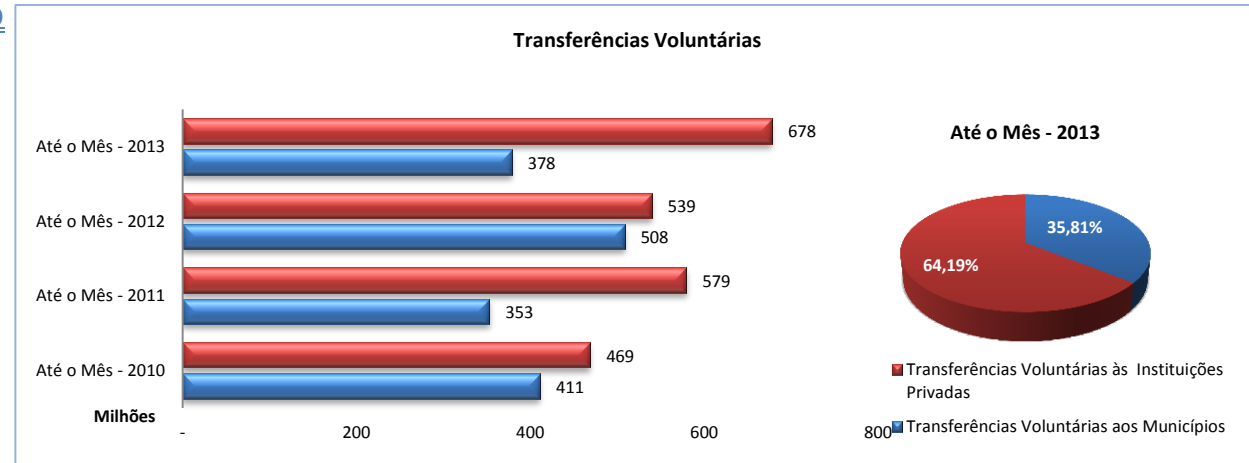
Representam os recursos repassados aos Municípios ou Instituições Privadas para atender despesas de investimentos (realização de obras, aquisição de bens móveis e imóveis, etc). Não exigem contraprestação direta de bens e serviços.

Serviços de Transporte Escolar

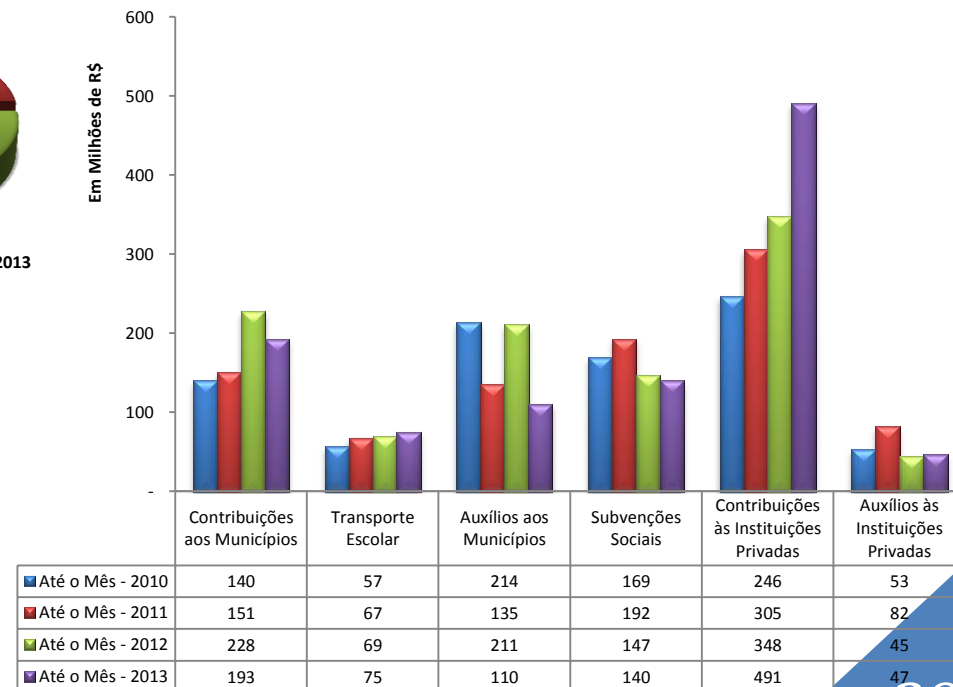
Representam os recursos repassados aos Municípios para atender despesas de locomoção e transporte de alunos e professores da rede pública.

Subvenções Sociais

Representam os recursos repassados às Instituições Privadas de serviços essenciais de Assistência Social, Médica e Educacional, para atender despesas de manutenção da entidade (compra de material de consumo, contratação de serviços de terceiros, etc).



Detalhamento das Transferências Voluntárias



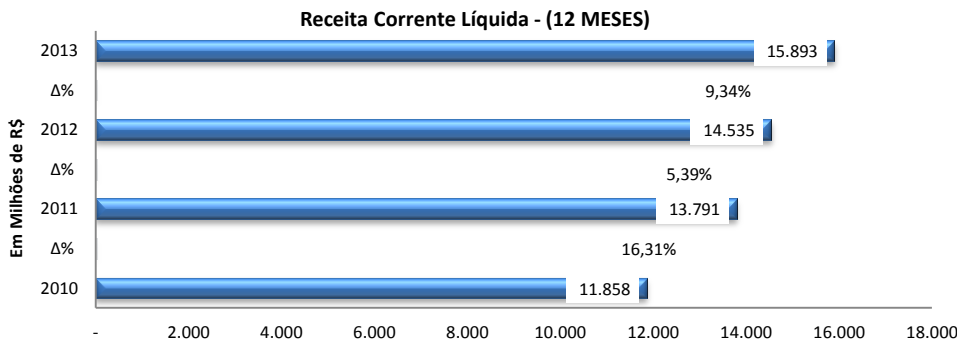
LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS



Receita Corrente Líquida – RCL

Conceito de receita estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal que serve de base para a verificação do cumprimento dos limites de Gastos com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, das contratações de Operações de Crédito (empréstimos de longo prazo) e Concessão de Garantias.

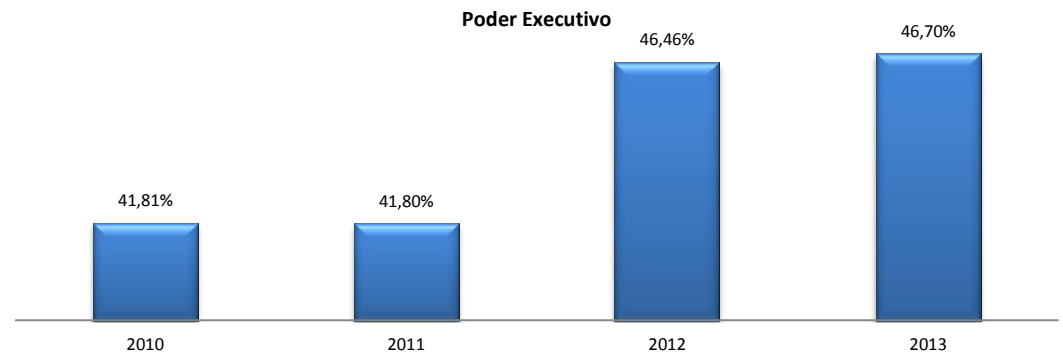
A Receita Corrente Líquida é calculada com base na receita arrecadada no mês de referência e nos onze meses imediatamente anteriores (últimos 12 meses).



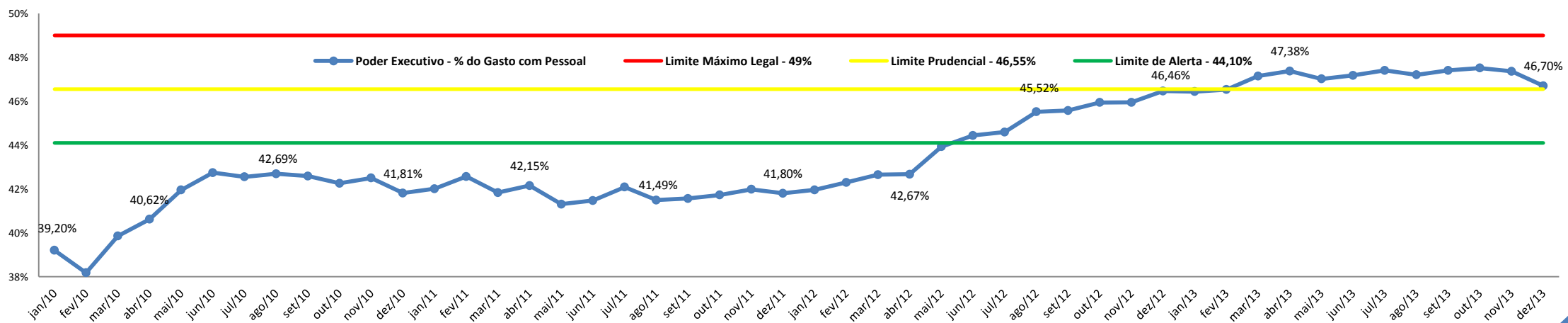
Gasto com Pessoal – Conforme a Lei de Responsabilidade

Os percentuais de Gastos com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida de cada Poder e Órgão são apurados tomando por base a Receita Corrente Líquida e as despesas com pessoal realizadas no mês de referência e nos onze meses imediatamente anteriores (últimos 12 meses).

A LRF estabeleceu o limite máximo para cada Poder e Órgão, no caso do Poder Executivo - 49% da RCL.



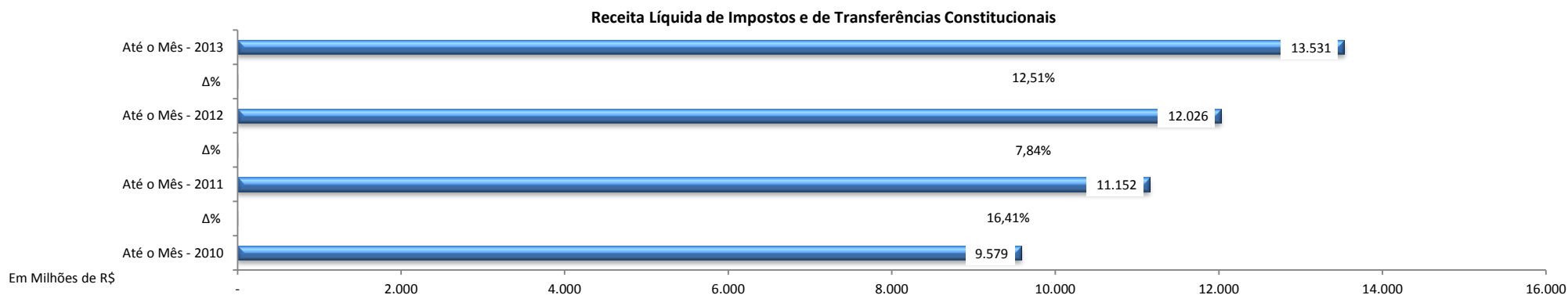
Gasto com Pessoal – Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal





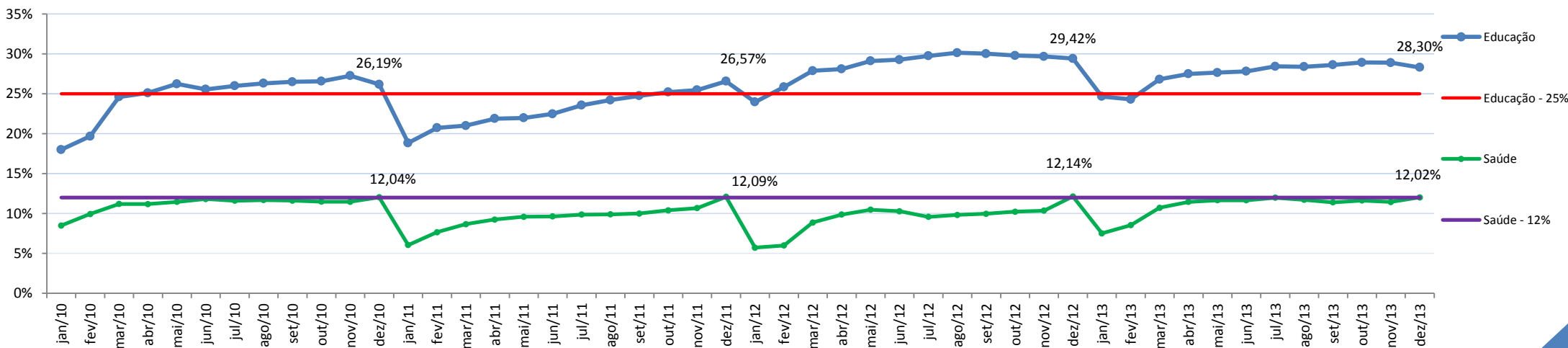
Receita Líquida de Impostos - RLI

Esta receita serve de base para o cálculo dos valores a serem aplicados em saúde e educação. É composta pelas seguintes receitas: ICMS, IPVA, ITCMD, IRRF, FPE, ICMS-Desoneração (Lei Kandir), Cota-Parte IPI Exportação e Cota-Parte IOF-Ouro, deduzidos os valores repassados aos municípios sobre as receitas de ICMS (25%), IPVA (50%) e IPI (25%) e as devoluções aos contribuintes.



Aplicação em Educação e Saúde

O Governo do Estado, por força da Constituição Federal, deve aplicar anualmente em Educação e serviços de Saúde Pública, no mínimo, o valor correspondente ao percentual de 25% e 12% da RLI, respectivamente. Esta aplicação, portanto, deve ser comprovada no final do exercício.



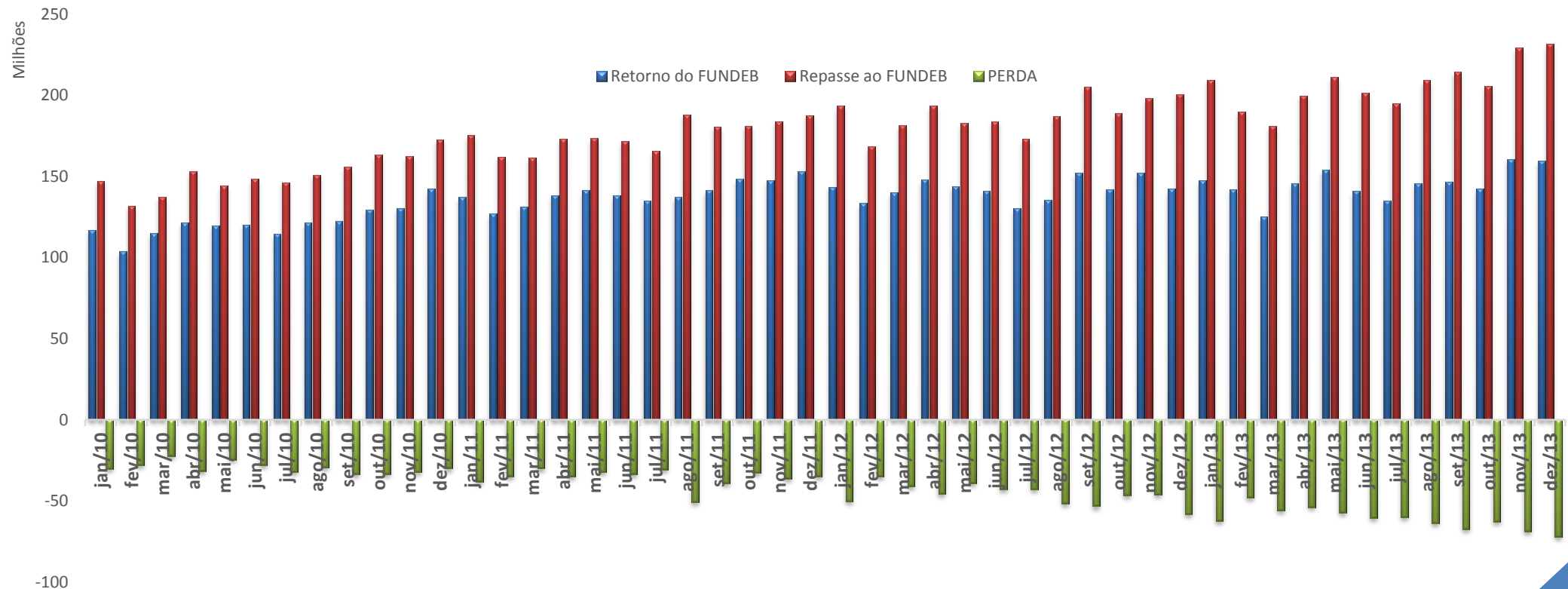
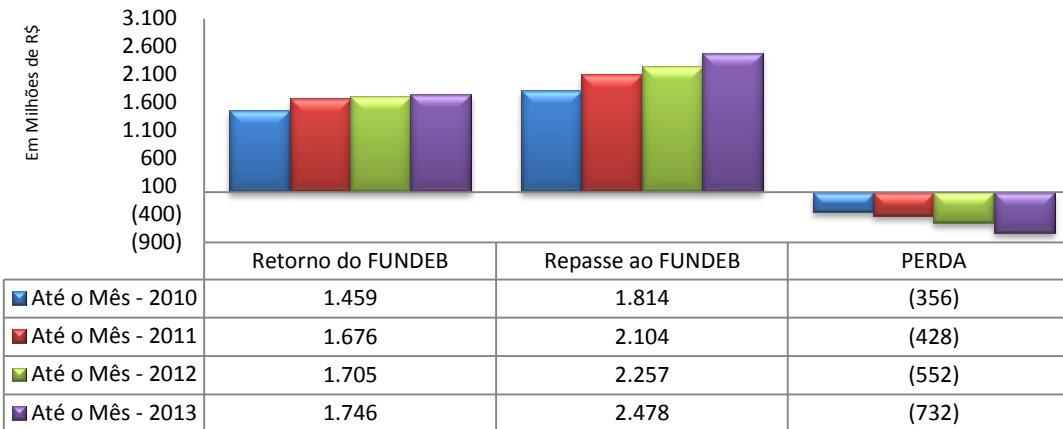


Recursos do FUNDEB

Das receitas arrecadadas pelo Estado e após a destinação constitucional aos municípios, são destinados ao FUNDEB 20% dos seguintes impostos: ICMS, IPVA, ITCMD, FPE, ICMS Desoneração – LC n°87/1996 e IPI-Exportação.

A redistribuição dos recursos do FUNDEB ao Estado e aos Municípios catarinenses é realizada de forma proporcional ao número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino. Esta diferença é denominada de PERDA DO FUNDEB. No entanto o Estado de Santa Catarina não perde, pois estes recursos são distribuídos entre os municípios catarinenses.

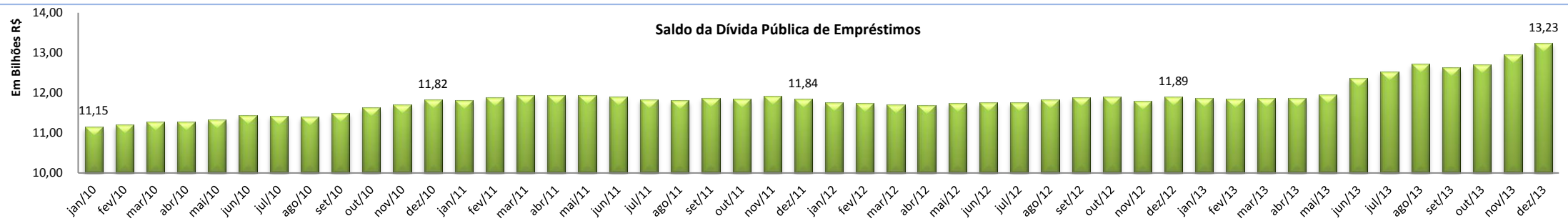
Em maio de 2013 foi alterado, pelos Ministérios da Educação e da Fazenda, o valor anual mínimo nacional por aluno, que é utilizado para o repasse de recursos ao FUNDEB. Dessa forma, todos os repasses efetuados ao FUNDEB foram recalculados e estornados no mês de junho, gerando um acréscimo tanto nas transferências recebidas (retorno), quanto nas deduções da receita, que registram as transferências ao fundo.





Dívida Pública de Empréstimos

A Dívida Pública de Empréstimos representa os valores que o Estado tem a obrigação de pagar em decorrência de empréstimos contraídos junto ao Governo Federal e às instituições financeiras, tais como: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

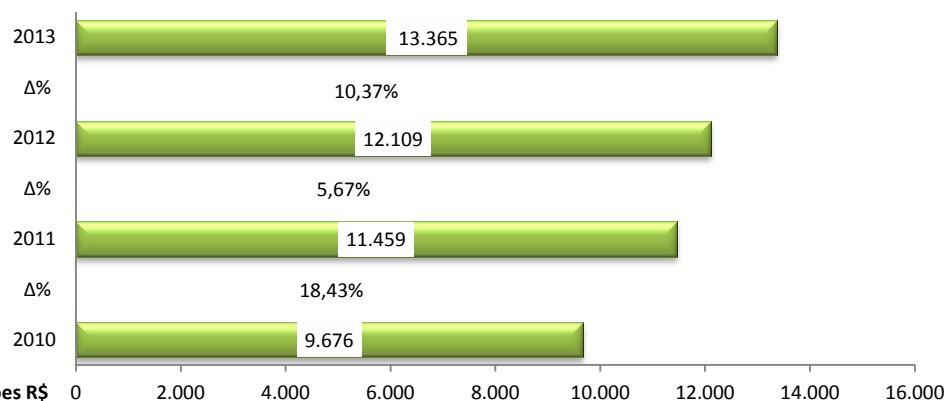


Receita Líquida Real

Conceito de receita estabelecido pela Lei Federal nº 9.496/97, que proporcionou a renegociação das dívidas dos entes da federação e serve de base para o pagamento da dívida pública renegociada (intra-limite).

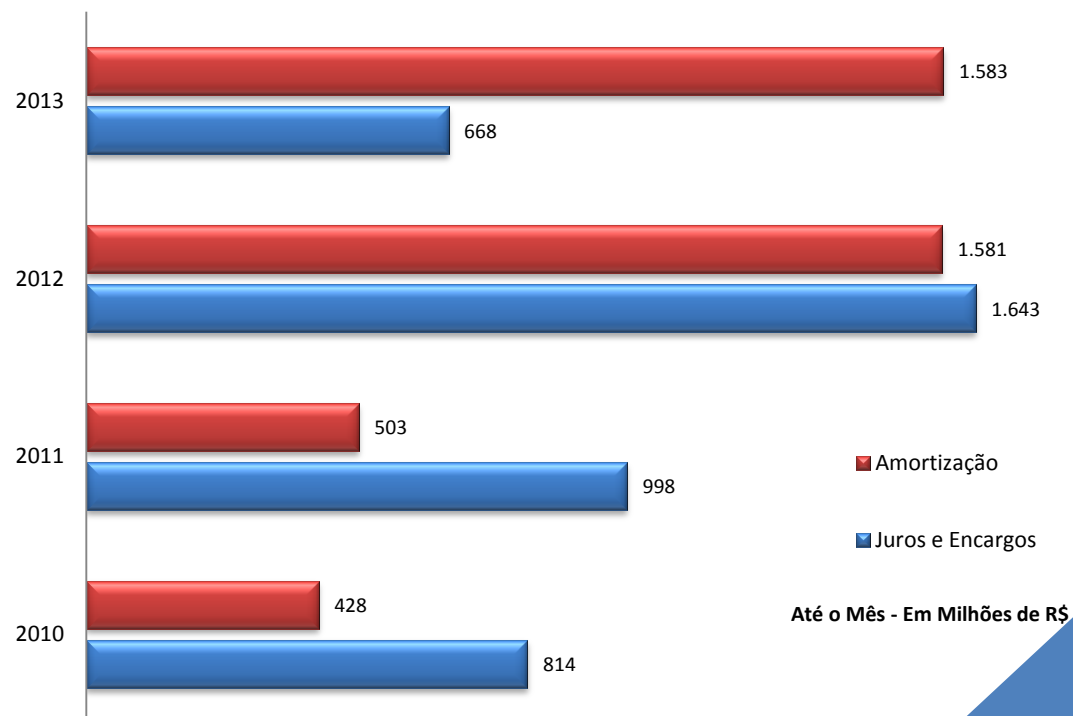
Pela renegociação do Estado com a União, o desembolso intra-limite é de 13% da Receita Líquida Real. No entanto tem-se também o desembolso com a dívida extra-limite, que corresponde aos contratos que naquela data não entraram na renegociação, bem como os desembolsos relativos aos contratos que foram firmados posteriormente a essa data.

A Receita Líquida Real é calculada com base na receita arrecadada no mês de referência e nos onze meses imediatamente anteriores (últimos 12 meses).



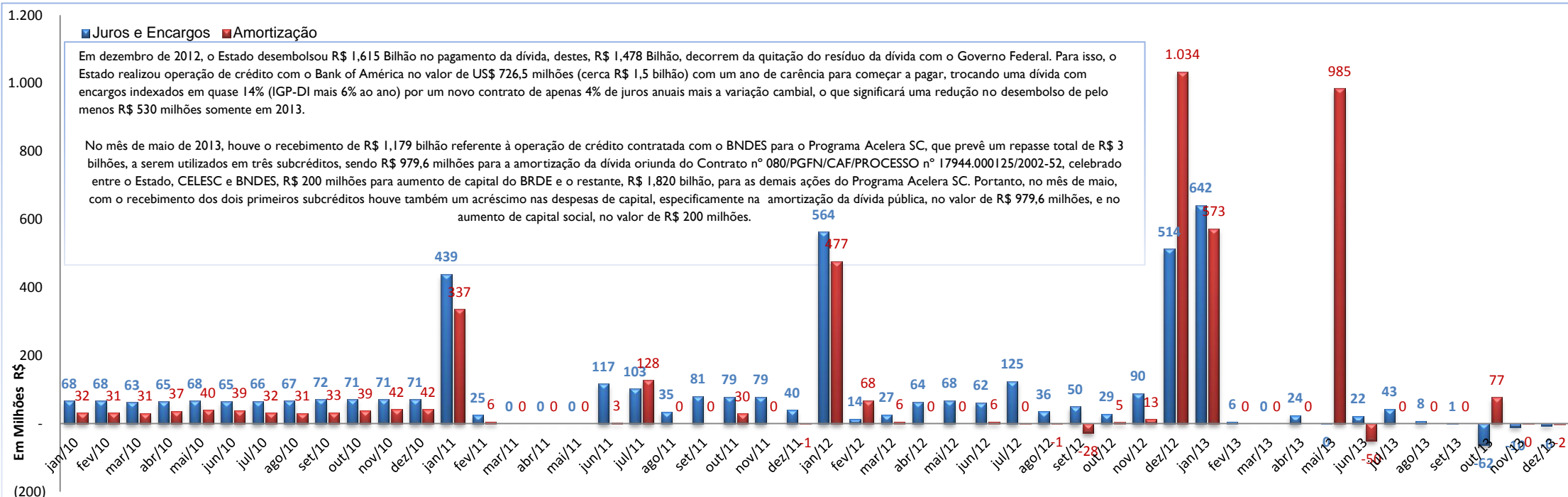
Pagamento da Dívida Pública de Empréstimos

O pagamento da dívida engloba os juros e encargos e as amortizações.



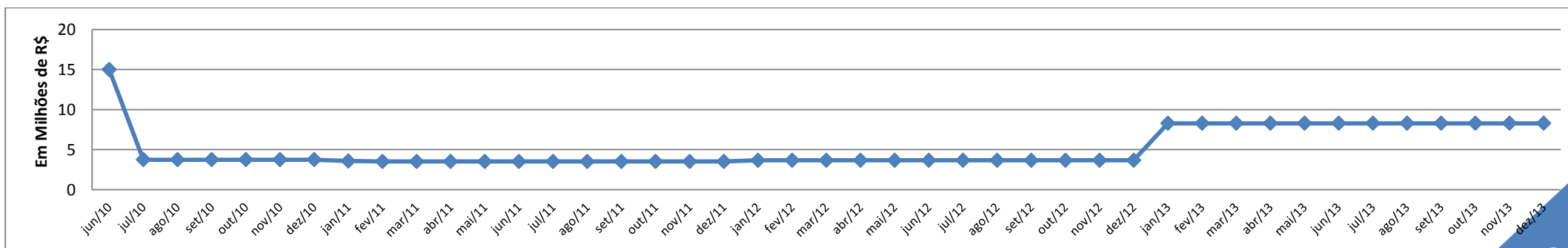


Pagamento da Dívida Pública de Empréstimos - Acompanhamento Mensal



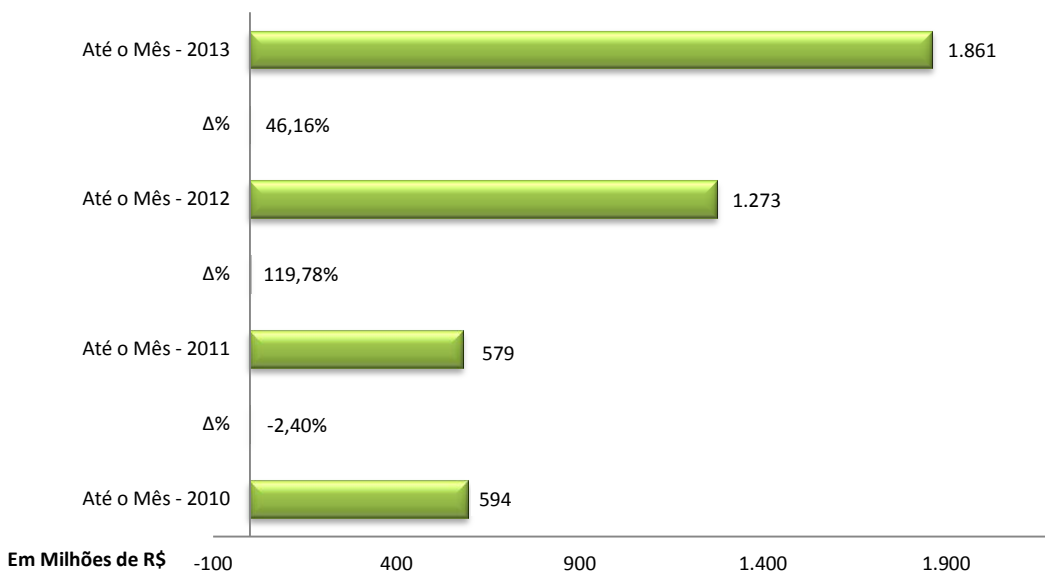
Repasse para Pagamento dos Precatórios - Regime Especial

Desde 2010 os Precatórios são pagos conforme as regras estabelecidas na Emenda Constitucional nº 62/2009 e no Decreto Estadual nº 3.061/2010, este que definiu a opção do Estado pelo pagamento dos precatórios em 15 anos. Os valores repassados ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina para pagamento de precatórios em 2010, 2011 e 2012 foram respectivamente R\$ 37,5 milhões, R\$ 42,4 milhões e R\$ 44,09 milhões. Em 2013 foram repassados R\$ 8,27 milhões mensais, ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.





Saldo dos Precatórios a Pagar



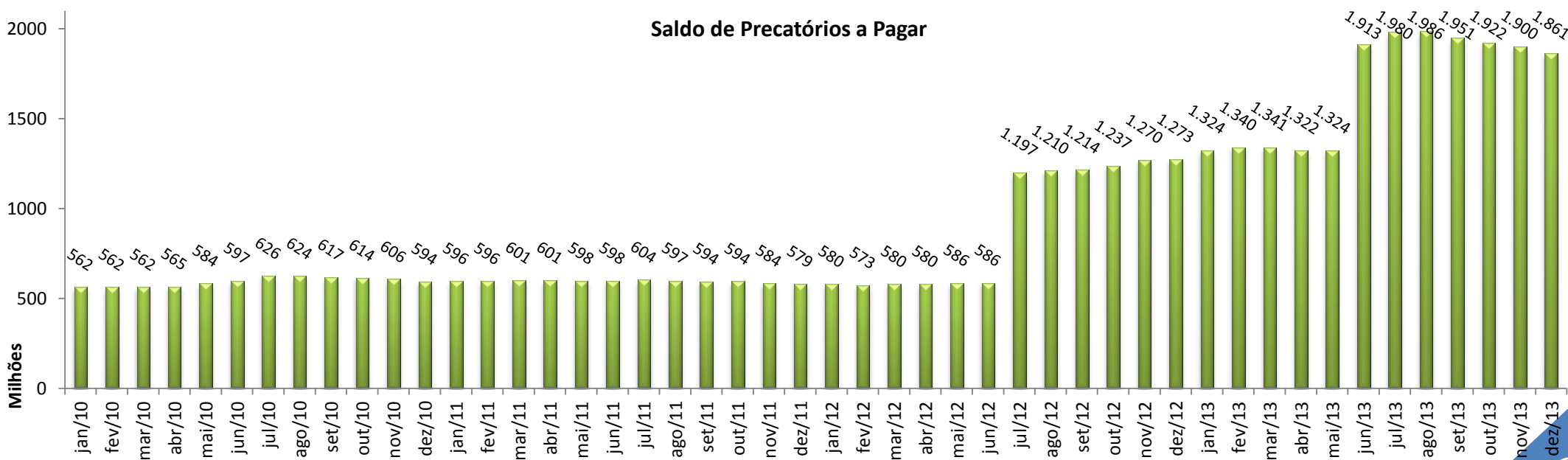
Em Julho de 2012 foram escriturados os precatórios decorrentes de parte das Letras do Tesouro do Estado de SC:

- Processo 023.02.018927-6 Fundação Petrobras de Seguridade e Processo 023.05.031572-5 Bradesco Vida e Previdência S/A, no valor de 596 Milhões.

Em Junho de 2013 foram escriturados os precatórios decorrentes de parte das Letras do Tesouro do Estado de SC:

- Processo 0034013-79.2001.8.24.0023 Aimores Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, no valor de 451 Milhões.

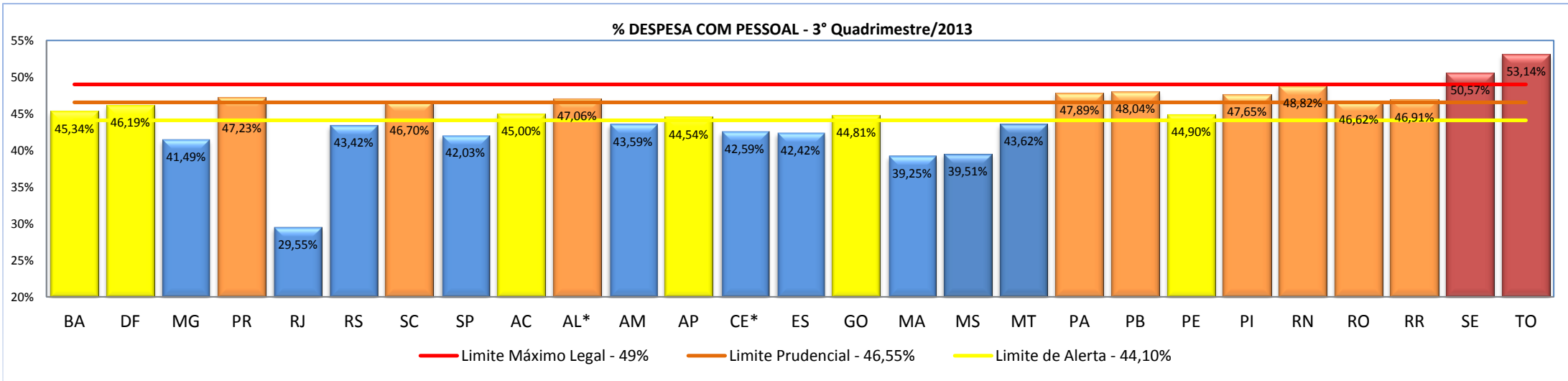
- Processo 0385848-57.2006.8.24.0023 Serpos Fundo Multipatrocinado, no valor de 128 Milhões.



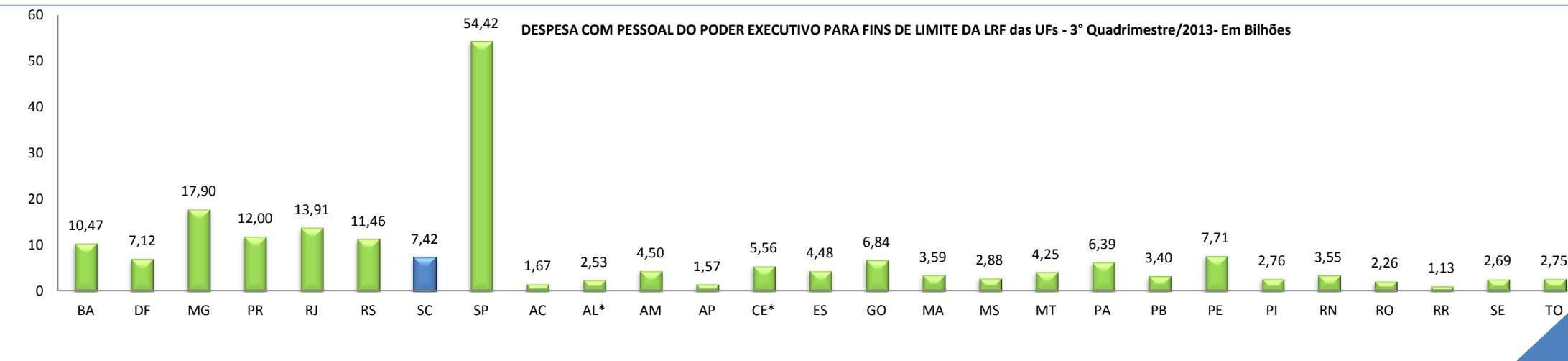


Lei de Responsabilidade Fiscal – SC no cenário nacional

*2º Quadrimestre



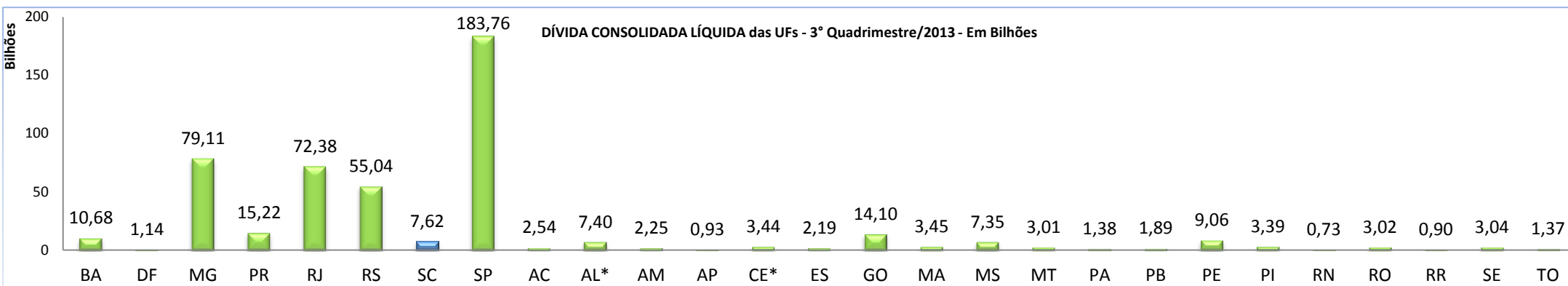
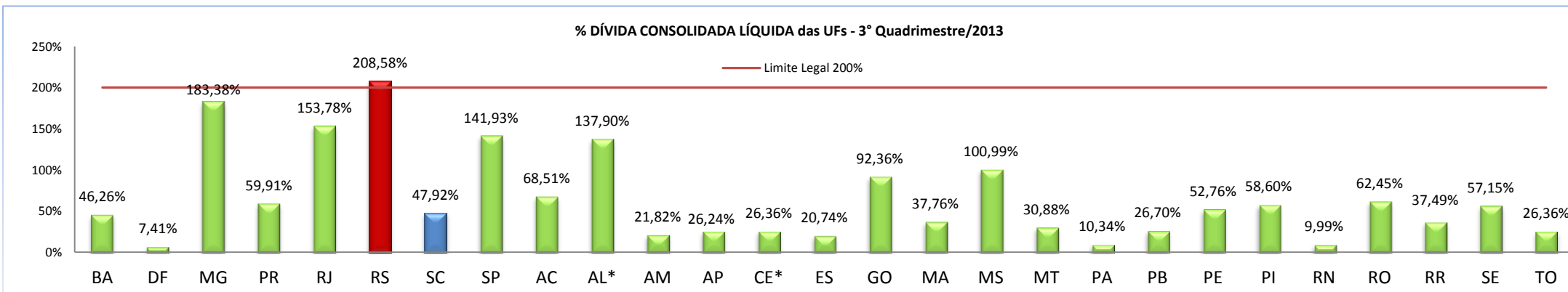
Comparativo do Gasto com Pessoal do Poder Executivo com outras Unidades da Federação



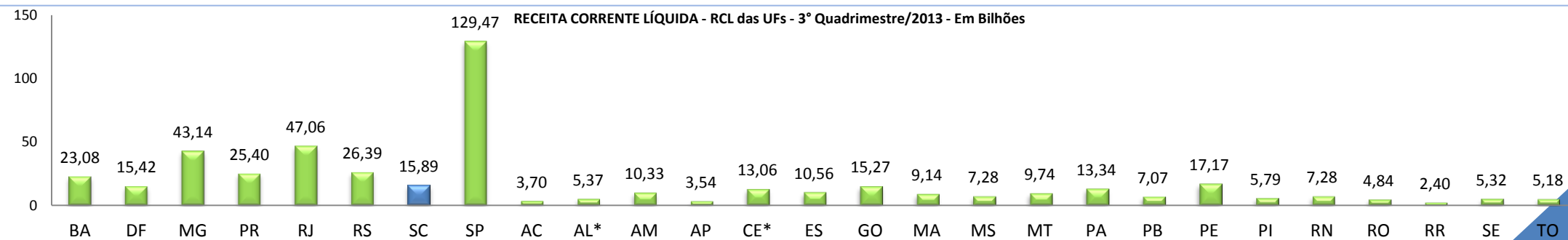


DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

*2º Quadrimestre



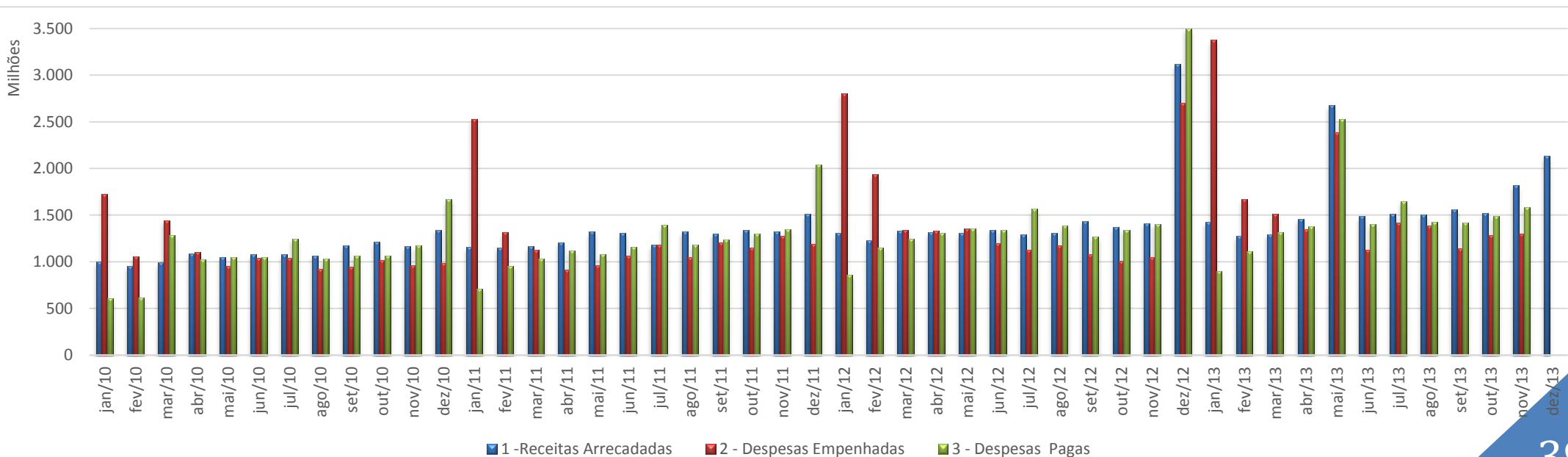
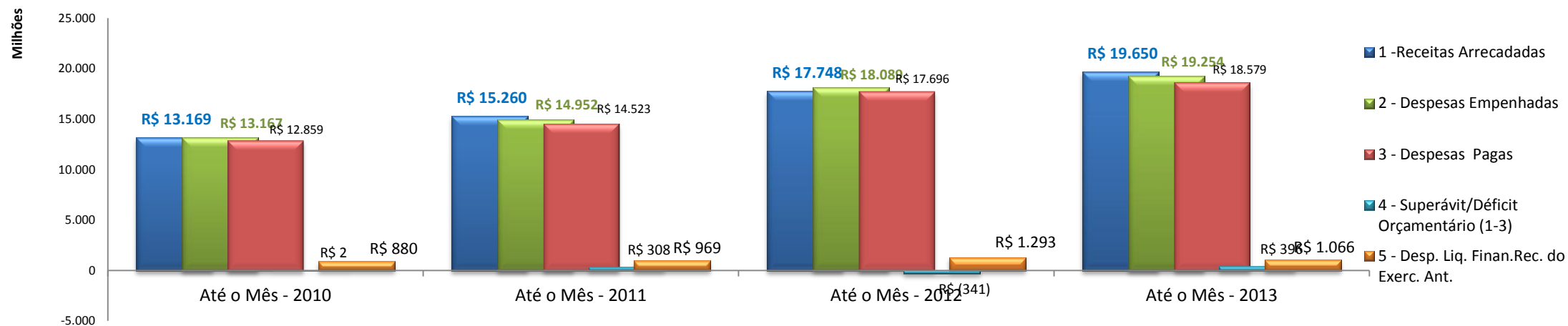
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA





Resultado da Execução Orçamentária

O resultado da execução orçamentária é a diferença entre as receitas arrecadadas no ano e as despesas realizadas (empenhadas) no ano. No início da execução orçamentária, ou seja, na aprovação da Lei Orçamentária Anual - LOA, há o equilíbrio entre a receita prevista e a despesa fixada. No entanto, iniciada a execução orçamentária, quando há superávit financeiro de exercícios anteriores, dispõe-se de recursos disponíveis para contemplar ou suplementar despesas não fixadas na Lei Orçamentária, ou seja, as despesas são empenhadas com recursos de anos anteriores e não com recursos da receita arrecadada no exercício corrente.





PAINEL DOS INDICADORES DA GESTÃO FISCAL



PAINEL DOS INDICADORES DA GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO GERAL

INDICADORES	ANO	ANO	VARIÇÃO 2010/2011		ANO	VARIÇÃO 2011/ 2012		ANO	VARIÇÃO 2012/ 2013	
	2010	2011	R\$	%	2012	R\$	%	2013	R\$	%
1 Resultado da Execução Orçamentária (Déficit/Superávit) = (1.1 - 1.2)	1.955.013,81	308.179.777,68	306.224.763,87	15663,56%	(341.003.223,51)	(649.183.001,19)	-210,65%	395.852.944,59	736.856.168,10	-216,08%
1.1 Receita Arrecadada Líquida	13.168.918.579,60	15.259.959.632,65	2.091.041.053,05	15,88%	17.747.821.302,96	2.487.861.670,31	16,30%	19.650.192.808,70	1.902.371.505,74	10,72%
1.1.1 Receita Bruta	18.255.484.356,44	21.292.441.496,67	3.036.957.140,23	16,64%	24.084.925.708,04	2.792.484.211,37	13,11%	27.279.362.603,52	3.194.436.895,48	13,26%
1.1.2 Deduções da Receita (Deduzidas as Tranf.Const.e Legais aos Municípios, Fundeb e Restituições)	(5.086.565.776,84)	(6.032.481.864,02)	(945.916.087,18)	18,60%	(6.337.104.405,08)	(304.622.541,06)	5,05%	(7.629.169.794,82)	(1.292.065.389,74)	20,39%
1.2 Despesa Liquidada	13.166.963.565,79	14.951.779.854,97	1.784.816.289,18	13,56%	18.088.824.526,47	3.137.044.671,50	20,98%	19.254.339.864,11	1.165.515.337,64	6,44%
1.3 Despesa Liquidada - Financiada com Recursos do Exercício Anterior	879.639.144,90	969.157.454,38	89.518.309,48	10,18%	1.293.445.825,10	324.288.370,72	33,46%	1.065.966.154,43	(227.479.670,67)	-17,59%
1.4 Despesa Paga	12.858.679.142,18	14.522.996.982,47	1.664.317.840,29	12,94%	17.695.609.073,34	3.172.612.090,87	21,85%	18.579.200.888,32	883.591.814,98	4,99%
1.5 Despesa Liquidada a Pagar	308.284.423,61	428.782.872,50	120.498.448,89	39,09%	393.215.453,13	(35.567.419,37)	-8,29%	675.138.975,79	281.923.522,66	71,70%



INDICADORES	ANO	ANO	VARIÇÃO 2010/2011		ANO	VARIÇÃO 2011/ 2012		ANO	VARIÇÃO 2012/ 2013	
	2010	2011	R\$	%	2012	R\$	%	2013	R\$	%
2 Arrecadação Tributária Própria	7.420.177.336,86	8.597.361.372,21	1.177.184.035,35	15,86%	9.372.869.325,32	775.507.953,11	9,02%	10.321.870.383,79	949.001.058,47	10,12%
Receita Tributária Bruta + Multa e Juros + Dívida Ativa	12.072.335.102,12	13.974.889.953,77	1.902.554.851,65	15,76%	15.168.253.210,15	1.193.363.256,38	8,54%	16.734.458.950,41	1.566.205.740,26	10,33%
Deduções - Receita Tributária	(4.652.157.765,26)	(5.377.528.581,56)	(725.370.816,30)	15,59%	(5.795.383.884,83)	(417.855.303,27)	7,77%	(6.412.588.566,62)	(617.204.681,79)	10,65%
ICMS Líquido	6.164.595.363,52	7.172.102.472,28	1.007.507.108,76	16,34%	7.672.516.402,24	500.413.929,96	6,98%	8.430.361.264,25	757.844.862,01	9,88%
ICMS Bruto + Multa e Juros + Dívida Ativa ICMS	10.274.607.372,30	11.899.669.791,37	1.625.062.419,07	15,82%	12.759.463.152,27	859.793.360,90	7,23%	14.092.140.131,33	1.332.676.979,06	10,44%
Dedução da Receita ICMS (25% Municípios + 20%* FUNDEB+ Restituições)	(4.110.012.008,78)	(4.727.567.319,09)	(617.555.310,31)	15,03%	(5.086.946.750,03)	(359.379.430,94)	7,60%	(5.661.778.867,08)	(574.832.117,05)	11,30%
IPVA Líquido	351.305.937,32	364.685.507,02	13.379.569,70	3,81%	454.945.167,23	90.259.660,21	24,75%	481.288.784,75	26.343.617,52	5,79%
IPVA Bruto + Multa e Juros + Dívida Ativa IPVA	878.596.112,02	995.828.777,11	117.232.665,09	13,34%	1.136.992.205,51	141.163.428,40	14,18%	1.203.475.058,73	66.482.853,22	5,85%
Dedução da Receita IPVA (50% Municípios + 20% FUNDEB+ Restituições)	(527.290.174,70)	(631.143.270,09)	(103.853.095,39)	19,70%	(682.047.038,28)	(50.903.768,19)	8,07%	(722.186.273,98)	(40.139.235,70)	5,89%
IRRF	507.592.628,31	628.113.056,90	120.520.428,59	23,74%	730.785.737,50	102.672.680,60	16,35%	836.468.182,99	105.682.445,49	14,46%
ITCMD Líquido	58.367.262,76	74.024.742,26	15.657.479,50	26,83%	102.072.176,21	28.047.433,95	37,89%	111.398.254,18	9.326.077,97	9,14%
ITCMD BRUTO	73.168.088,77	92.757.419,87	19.589.331,10	26,77%	128.291.404,63	35.533.984,76	38,31%	139.869.906,32	11.578.501,69	9,03%
DEDUÇÃO ITCMD	(14.800.826,01)	(18.732.677,61)	(3.931.851,60)	26,57%	(26.219.228,42)	(7.486.550,81)	39,97%	(28.471.652,14)	(2.252.423,72)	8,59%
TAXAS Líquido	338.315.450,93	358.433.468,06	20.118.017,13	5,95%	412.550.246,58	54.116.778,52	15,10%	462.351.671,15	49.801.424,57	12,07%
Taxas - Bruto	338.156.119,48	358.130.175,46	19.974.055,98	5,91%	412.463.114,00	54.332.938,54	15,17%	462.237.713,12	49.774.599,12	12,07%
Deduções - Taxas	(25.883,92)	(23.153,77)	2.730,15	-10,55%	(108.501,73)	(85.347,96)	368,61%	(47.435,57)	61.066,16	-56,28%
3 FUNDOSOCIAL (Deduzidas as Transferências aos Municípios)	285.790.030,36	318.036.329,56	32.246.299,20	11,28%	354.972.519,14	36.936.189,58	11,61%	401.968.577,92	46.996.058,78	13,24%



INDICADORES	ANO	ANO	VARIÇÃO 2010/2011		ANO	VARIÇÃO 2011/ 2012		ANO	VARIÇÃO 2012/ 2013	
	2010	2011	R\$	%	2012	R\$	%	2013	R\$	%
4 SEITEC (Deduzidas as Transferências aos Municípios)	169.625.000,00	213.100.973,69	43.475.973,69	25,63%	161.100.317,22	(52.000.656,47)	-24,40%	145.213.439,22	(15.886.878,00)	-9,86%

5 Resultado Líquido na Transferência para o FUNDEB	(355.761.220,04)	(428.368.866,49)	(72.607.646,45)	20,41%	(551.888.581,23)	(123.519.714,74)	28,83%	(732.106.507,59)	(180.217.926,36)	32,65%
Transferências Recebidas do FUNDEB	1.458.556.748,51	1.675.904.977,68	217.348.229,17	14,90%	1.704.972.765,82	29.067.788,14	1,73%	1.745.715.086,05	40.742.320,23	2,39%
Transferências Efetuadas ao FUNDEB	(1.814.317.968,55)	(2.104.273.844,17)	(289.955.875,62)	15,98%	(2.256.861.347,05)	(152.587.502,88)	7,25%	(2.477.821.593,64)	(220.960.246,59)	9,79%

6 Transferências Constitucionais e Legais Recebidas da União (Deduzidas as Transf. Aos Municípios e FUNDEB)	1.624.042.594,93	1.710.112.137,79	86.069.542,86	5,30%	1.699.916.551,84	(10.195.585,95)	-0,60%	1.702.752.662,45	2.836.110,61	0,17%
Participação na Receita da União	690.139.149,66	824.692.883,69	134.553.734,03	19,50%	797.919.624,89	(26.773.258,80)	-3,25%	822.645.800,76	24.726.175,87	3,10%
Cota Parte FPE	499.430.388,42	615.202.323,77	115.771.935,35	23,18%	634.326.289,61	19.123.965,84	3,11%	682.186.746,72	47.860.457,11	7,55%
Cota Parte FPE - Bruto	624.287.985,10	769.002.904,30	144.714.919,20	23,18%	792.907.861,61	23.904.957,31	3,11%	852.733.433,05	59.825.571,44	7,55%
Deduções - Cota Parte FPE (20% FUNDEB)	(124.857.596,68)	(153.800.580,53)	(28.942.983,85)	23,18%	(158.581.572,00)	(4.780.991,47)	3,11%	(170.546.686,33)	(11.965.114,33)	7,55%
Cota Parte IPI	141.786.143,72	151.379.031,04	9.592.887,32	6,77%	132.863.964,55	(18.515.066,49)	-12,23%	138.857.222,79	5.993.258,24	4,51%
Cota Parte IPI - Bruto	236.310.238,40	252.298.383,82	15.988.145,42	6,77%	221.439.939,73	(30.858.444,09)	-12,23%	231.428.703,55	9.988.763,82	4,51%
Deduções - Cota Parte IPI(25% Municípios + 20%* FUNDEB+ Restituições)	(94.524.094,68)	(100.919.352,78)	(6.395.258,10)	6,77%	(88.575.975,18)	12.343.377,60	-12,23%	(92.571.480,76)	(3.995.505,58)	4,51%
Cota Parte CIDE	48.922.617,52	58.110.685,59	9.188.068,07	18,78%	30.727.656,82	(27.383.028,77)	-47,12%	1.564.032,04	(29.163.624,78)	-94,91%
Cota Parte CIDE - Bruto	65.230.156,69	77.480.914,13	12.250.757,44	18,78%	40.970.209,09	(36.510.705,04)	-47,12%	2.085.376,05	(38.884.833,04)	-94,91%
Deduções - Cota Parte CIDE	(16.307.539,17)	(19.370.228,54)	(3.062.689,37)	18,78%	(10.242.552,27)	9.127.676,27	-47,12%	(521.344,01)	9.721.208,26	-94,91%
Cota Parte IOF OURO	-	843,29	843,29	-	1.713,91	870,62	103,24%	37.799,21	36.085,30	2105,44%
Cota Parte IOF OURO	-	843,29	843,29	-	1.713,91	870,62	103,24%	37.799,21	36.085,30	2105,44%
Deduções - Cota Parte CIDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



INDICADORES	ANO	ANO	VARIÇÃO 2010/2011		ANO	VARIÇÃO 2011/ 2012		ANO	VARIÇÃO 2012/ 2013	
	2010	2011	R\$	%	2012	R\$	%	2013	R\$	%
Outras Transferências da União	933.903.445,27	885.419.254,10	(48.484.191,17)	-5,19%	901.996.926,95	16.577.672,85	1,87%	880.106.861,69	(21.890.065,26)	-2,43%
Repasso da Compensação Financeira pela Exploração Recursos Naturais	33.367.906,31	40.401.221,87	7.033.315,56	21,08%	28.725.064,76	(11.676.157,11)	-28,90%	39.242.710,48	10.517.645,72	36,61%
Repasso Fundo a Fundo do SUS	554.037.995,86	464.026.206,11	(90.011.789,75)	-16,25%	454.613.622,92	(9.412.583,19)	-2,03%	494.933.925,42	40.320.302,50	8,87%
Repasso do Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação - FNDE	194.014.529,78	236.546.665,48	42.532.135,70	21,92%	295.539.113,46	58.992.447,98	24,94%	269.619.554,81	(25.919.558,65)	-8,77%
FNDE	194.014.529,78	236.546.665,48	42.532.135,70	21,92%	295.539.113,46	58.992.447,98	24,94%	269.619.554,81	(25.919.558,65)	-8,77%
Dedução FNDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência Financeira do ICMS Desoneração (Lei Kandir - LC nº 87/96)	42.018.327,00	42.018.327,00	-	0,00%	42.018.327,00	-	0,00%	42.018.327,00	-	0,00%
ICMS Desoneração - LC nº 87/96 - Bruto	52.522.908,72	52.522.908,72	-	0,00%	52.522.908,72	-	0,00%	52.522.908,73	0,01	0,00%
Deduções - ICMS Desoneração - LC nº 87/96 (20% FUNDEB)	(10.504.581,72)	(10.504.581,72)	-	0,00%	(10.504.581,72)	-	0,00%	(10.504.581,73)	(0,01)	0,00%
FEX - Fundo de Auxílio aos Estados Exportadores	43.607.947,53	54.683.167,50	11.075.219,97	25,40%	44.278.357,50	(10.404.810,00)	-19,03%	-	(44.278.357,50)	-100,00%
Transferências para Situação de Emergência e Calamidade	52.631.947,30	43.245.408,07	(9.386.539,23)	-17,83%	31.125.000,00	(12.120.408,07)	-28,03%	28.766.332,20	(2.358.667,80)	-7,58%
Demais Transferências Constitucionais e legais	14.224.791,49	4.316.270,07	(9.908.521,42)	-69,66%	5.697.441,31	1.381.171,24	32,00%	5.526.011,78	(171.429,53)	-3,01%

7 Convênios Recebidos da União	64.856.629,02	74.135.946,19	9.279.317,17	14,31%	99.243.049,65	25.107.103,46	33,87%	183.511.889,28	84.268.839,63	84,91%
Para despesas Correntes	57.830.817,51	69.975.469,26	12.144.651,75	21,00%	88.443.451,45	18.467.982,19	26,39%	112.901.611,00	24.458.159,55	27,65%
Para despesas de Capital	7.025.811,51	4.160.476,93	(2.865.334,58)	-40,78%	10.799.598,20	6.639.121,27	159,58%	70.610.278,28	59.810.680,08	553,82%



INDICADORES		ANO	ANO	VARIÇÃO 2010/2011		ANO	VARIÇÃO 2011/ 2012		ANO	VARIÇÃO 2012/ 2013		
		2010	2011	R\$	%	2012	R\$	%	2013	R\$	%	
8	Metas de Arrecadação - Recursos do Tesouro	Meta	10.365.086.499,00	11.748.496.837,69	1.383.410.338,69	13,35%	13.541.220.914,00	1.792.724.076,31	15,26%	15.508.559.459,00	1.967.338.545,00	14,53%
	Arrecadação	10.208.140.197,88	12.078.431.040,13	1.870.290.842,25	18,32%	14.310.847.881,34	2.232.416.841,21	18,48%	15.938.107.304,72	1.627.259.423,38	11,37%	
	Diferença	(156.946.301,12)	329.934.202,44	486.880.503,56	-310,22%	769.626.967,34	439.692.764,90	133,27%	429.547.845,72	(340.079.121,62)	-44,19%	
	%	-1,51%	2,81%	4,32%	-285,47%	5,68%	2,88%	102,38%	2,77%	-2,91%	-51,27%	
9	Metas de Arrecadação - Recursos de Outras Fontes	Meta	3.081.964.846,00	3.256.536.919,00	174.572.073,00	5,66%	3.599.861.500,00	343.324.581,00	10,54%	3.842.719.200,00	242.857.700,00	6,75%
	Arrecadação	2.960.778.381,72	3.181.528.592,52	220.750.210,80	7,46%	3.436.973.421,62	255.444.829,10	8,03%	3.712.085.503,98	275.112.082,36	8,00%	
	Diferença	(121.186.464,28)	(75.008.326,48)	46.178.137,80	-38,11%	(162.888.078,38)	(87.879.751,90)	117,16%	(130.633.696,02)	32.254.382,36	-19,80%	
	%	-3,93%	-2,30%	1,63%	-41,42%	-4,52%	-2,22%	96,45%	-3,40%	1,13%	-24,87%	
10	Excesso de Arrecadação - Recursos do Tesouro (Fonte 0100)	116.734.140,62	211.240.879,01	94.506.738,39	80,96%	(520.624.103,26)	(731.864.982,26)	-346,46%	35.024.125,45	555.648.228,71	-106,73%	
11	Receita Líquida de Impostos e de Transferências Constitucionais - RLI	9.579.414.019,60	11.151.800.147,73	1.572.386.128,13	16,41%	12.026.391.125,30	874.590.977,57	7,84%	13.530.642.950,05	1.504.251.824,75	12,51%	
12	Aplicação em Saúde	A aplicar	1.149.529.682,35	1.338.216.017,73	188.686.335,38	16,41%	1.443.166.935,04	104.950.917,31	7,84%	1.623.677.154,01	180.510.218,97	12,51%
	Mínimo Constitucional de 12% da RLI apurados no encerramento do exercício	Valor aplicado	1.153.626.658,40	1.348.767.512,07	195.140.853,67	16,92%	1.460.566.795,01	111.799.282,94	8,29%	1.626.685.512,92	166.118.717,91	11,37%
	Diferença	4.096.976,05	10.551.494,34	6.454.518,30	157,54%	17.399.859,97	6.848.365,63	64,90%	3.008.358,91	(14.391.501,06)	-82,71%	
	% aplicado em relação a RLI	12,04%	12,09%	0,05%	0,43%	12,14%	0,05%	0,41%	12,02%	-0,12%	-1,01%	
13	Aplicação em Educação	A aplicar	2.394.853.504,90	2.787.950.036,93	393.096.532,03	16,41%	3.006.597.781,33	218.647.744,39	7,84%	3.382.660.737,51	376.062.956,19	12,51%
	Mínimo Constitucional de 25% da RLI apurados no encerramento do exercício	Valor aplicado	2.508.902.485,24	2.963.063.393,28	454.160.908,04	18,10%	3.538.302.600,72	575.239.207,45	19,41%	3.829.327.445,38	274.917.764,04	7,77%
	Diferença	114.048.980,34	175.113.356,35	61.064.376,01	53,54%	531.704.819,40	356.591.463,05	203,63%	446.666.707,87	(101.145.192,15)	-19,02%	
	% aplicado em relação a RLI	26,19%	26,57%	0,38%	1,45%	29,42%	2,85%	10,73%	28,30%	-1,24%	-4,21%	



INDICADORES		ANO		VARIÇÃO 2010/2011		ANO		VARIÇÃO 2011/2012		ANO		VARIÇÃO 2012/2013	
		2010	2011	R\$	%	2012	R\$	%	2013	R\$	%		
14 Aplicação em Segurança Pública Não existe mínimo Constitucional a aplicar. Cálculo apenas gerencial	Valor aplicado	1.534.141.212,11	1.692.891.098,29	158.749.886,18	10,35%	1.609.102.154,41	(83.788.943,88)	-4,95%	1.794.210.719,02	185.108.564,61	11,50%		
	% aplicado em relação a RLI	16,01%	15,18%	-0,83%	-5,21%	13,38%	-1,80%	-11,86%	13,26%	-0,12%	-0,89%		
15 Receita Corrente Líquida - RCL (soma dos últimos 12 meses)		11.857.683.741,63	13.791.475.371,47	1.933.791.629,84	16,31%	14.535.174.071,92	743.698.700,45	5,39%	15.892.968.191,89	1.357.794.119,97	9,34%		
16 Gasto com Pessoal conforme LRF Poder Executivo	Despesas para Fins de Limite	4.958.010.374,74	5.765.047.319,56	807.036.944,82	16,28%	6.753.456.998,02	988.409.678,46	17,14%	7.422.184.527,31	668.727.529,29	9,90%		
	% em relação a RCL	41,81%	41,80%	-0,01%	-0,03%	46,46%	4,66%	11,15%	46,70%	0,24%	0,51%		
17 Investimentos realizados diretamente pelo Estado por Função de Governo		859.599.467,49	808.797.703,92	(50.801.763,57)	-5,91%	745.077.848,41	(63.719.855,51)	-7,88%	1.338.068.460,50	592.990.612,09	79,59%		
	Transporte e Urbanismo	257.744.513,27	287.217.045,29	29.472.532,02	11,43%	218.347.301,33	(68.869.743,96)	-23,98%	482.397.434,71	264.050.133,38	120,93%		
	Educação	229.379.097,26	181.837.887,72	(47.541.209,54)	-20,73%	175.357.374,95	(6.480.512,77)	-3,56%	122.104.583,58	(53.252.791,37)	-30,37%		
	Saúde	42.425.435,36	22.602.322,62	(19.823.112,74)	-46,72%	39.774.349,56	17.172.026,94	75,97%	43.398.870,32	3.624.520,76	9,11%		
	Segurança Pública	101.732.796,64	101.479.686,70	(253.109,94)	-0,25%	49.978.010,97	(51.501.675,73)	-50,75%	104.715.424,33	54.737.413,36	109,52%		
	Judiciária	25.177.046,71	61.640.205,05	36.463.158,34	144,83%	47.128.581,55	(14.511.623,50)	-23,54%	82.238.268,34	35.109.686,79	74,50%		
	Administração	86.204.431,42	43.712.061,42	(42.492.370,00)	-49,29%	56.335.929,90	12.623.868,48	28,88%	65.929.236,51	9.593.306,61	17,03%		
	Legislativa	22.068.831,24	22.603.768,78	534.937,54	2,42%	7.620.992,65	(14.982.776,13)	-66,28%	2.739.692,60	(4.881.300,05)	-64,05%		
	Habitação	15.628.949,25	9.453.608,54	(6.175.340,71)	-39,51%	3.200.361,59	(6.253.246,95)	-66,15%	1.777.439,77	(1.422.921,82)	-44,46%		
	Agricultura	13.825.741,48	25.848.229,45	12.022.487,97	86,96%	25.762.245,91	(85.983,54)	-0,33%	50.546.136,42	24.783.890,51	96,20%		
	Demais Funções	65.412.624,86	52.402.888,35	(13.009.736,51)	-19,89%	121.572.700,00	69.169.811,65	132,00%	382.221.373,92	260.648.673,92	214,40%		



INDICADORES	ANO	ANO	VARIÇÃO 2010/2011		ANO	VARIÇÃO 2011/ 2012		ANO	VARIÇÃO 2012/ 2013	
	2010	2011	R\$	%	2012	R\$	%	2013	R\$	%
18 Despesas de Custeio realizadas diretamente pelo Estado Função de Governo	2.896.537.199,36	3.200.482.827,79	303.945.628,43	10,49%	3.456.802.635,93	256.319.808,14	8,01%	4.048.490.909,18	591.688.273,25	17,12%
Obrigações Patronais - Contribuição ao Plano de Saúde	96.061.337,04	126.479.734,36	30.418.397,32	31,67%	140.406.947,18	13.927.212,82	11,01%	149.124.909,23	8.717.962,05	6,21%
Auxílio-Alimentação	218.183.319,52	241.142.445,35	22.959.125,83	10,52%	358.914.399,37	117.771.954,02	48,84%	422.434.143,92	63.519.744,55	17,70%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.268.321.420,06	1.433.708.087,17	165.386.667,11	13,04%	1.567.403.160,55	133.695.073,38	9,33%	1.835.841.770,92	268.438.610,37	17,13%
Material de Consumo	567.767.733,97	558.618.922,30	(9.148.811,67)	-1,61%	465.703.643,71	(92.915.278,59)	-16,63%	443.244.236,72	(22.459.406,99)	-4,82%
Locação de Mão-de-Obra (Contratação de Terceirizados)	232.187.339,28	269.176.180,93	36.988.841,65	15,93%	307.610.074,10	38.433.893,17	14,28%	344.158.614,65	36.548.540,55	11,88%
Obrigações Tributárias e Contributivas	127.344.412,32	167.722.538,55	40.378.126,23	31,71%	157.011.018,58	(10.711.519,97)	-6,39%	154.787.579,17	(2.223.439,41)	-1,42%
Sentenças Judiciais (Inclui pagamento de precatórios)	125.343.672,21	122.191.202,54	(3.152.469,67)	-2,52%	100.644.874,52	(21.546.328,02)	-17,63%	187.995.097,19	87.350.222,67	86,79%
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	58.180.274,62	70.265.209,31	12.084.934,69	20,77%	85.126.052,22	14.860.842,91	21,15%	147.739.741,89	62.613.689,67	73,55%
Indenizações e Restituições	58.429.302,88	57.380.947,50	(1.048.355,38)	-1,79%	112.174.350,80	54.793.403,30	95,49%	144.312.978,12	32.138.627,32	28,65%
Diárias (Pessoal Civil e Militar)	50.908.521,32	53.341.481,46	2.432.960,14	4,78%	51.537.297,03	(1.804.184,43)	-3,38%	53.014.793,31	1.477.496,28	2,87%
Passagens e Despesas com Locomoção	11.424.514,33	12.290.271,75	865.757,42	7,58%	13.843.110,32	1.552.838,57	12,63%	17.110.159,11	3.267.048,79	23,60%
Demais Despesas de Custeio	82.385.351,81	88.165.806,57	5.780.454,76	7,02%	96.427.707,55	8.261.900,98	9,37%	148.726.884,95	52.299.177,40	54,24%
19 Transferências Voluntárias aos Municípios	410.871.401,26	352.740.878,83	(58.130.522,43)	-14,15%	508.049.633,41	155.308.754,58	44,03%	378.186.191,98	(129.863.441,43)	-25,56%
Contribuições - Despesas de Custeio	140.258.477,27	150.612.050,06	10.353.572,79	7,38%	227.628.734,09	77.016.684,03	51,14%	192.706.531,40	(34.922.202,69)	-15,34%
Serviços de Transporte Escolar	56.745.311,13	67.427.069,23	10.681.758,10	18,82%	69.293.159,35	1.866.090,12	2,77%	74.990.568,58	5.697.409,23	8,22%
Auxílios - Despesas de Investimento (obras e equipamentos)	213.867.612,86	134.701.759,54	(79.165.853,32)	-37,02%	211.127.739,97	76.425.980,43	56,74%	110.489.092,00	(100.638.647,97)	-47,67%



INDICADORES	ANO	ANO	VARIÇÃO 2010/2011		ANO	VARIÇÃO 2011/ 2012		ANO	VARIÇÃO 2012/ 2013	
	2010	2011	R\$	%	2012	R\$	%	2013	R\$	%
20 Transferências Voluntárias às Instituições Privadas	468.587.798,33	579.279.553,02	110.691.754,69	23,62%	539.270.092,41	(40.009.460,61)	-6,91%	677.837.604,22	138.567.511,81	25,70%
Despesas de Custeio (para a manutenção das entidades)	415.506.231,42	497.749.760,40	82.243.528,98	19,79%	494.399.116,54	(3.350.643,86)	-0,67%	631.047.770,05	136.648.653,51	27,64%
Subvenções Sociais	169.431.038,59	192.337.751,86	22.906.713,27	13,52%	146.830.653,93	(45.507.097,93)	-23,66%	140.027.477,95	(6.803.175,98)	-4,63%
Contribuições	246.075.192,83	305.412.008,54	59.336.815,71	24,11%	347.568.462,61	42.156.454,07	13,80%	491.020.292,10	143.451.829,49	41,27%
Despesas de Investimento (para obras e equipamentos das entidades)	53.081.566,91	81.529.792,62	28.448.225,71	53,59%	44.870.975,87	(36.658.816,75)	-44,96%	46.789.834,17	1.918.858,30	4,28%
Auxílios - Transferências às Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	53.081.566,91	81.529.792,62	28.448.225,71	53,59%	44.870.975,87	(36.658.816,75)	-44,96%	46.789.834,17	1.918.858,30	4,28%
Auxílios - Transferências às Instituições Privadas com Fins Lucrativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21 Saldo da Dívida Pública de Empréstimos (Operações de Crédito)	11.824.421.438,90	11.843.370.768,58	18.949.329,68	0,16%	11.887.291.786,83	43.921.018,25	0,37%	13.230.733.590,82	1.343.441.803,99	11,30%
22 Receita Líquida Real - RLR (soma dos últimos 12 meses)	9.675.675.122,85	11.459.357.563,14	1.783.682.440,29	18,43%	12.108.744.602,40	649.387.039,26	5,67%	13.364.963.617,34	1.256.219.014,94	10,37%
23 Pagamento da Dívida Pública de Empréstimos	1.242.705.320,74	1.500.905.124,72	258.199.803,98	20,78%	3.223.650.117,01	1.722.744.992,29	114,78%	2.251.412.390,15	(972.237.726,86)	-30,16%
Juros e Encargos da Dívida	814.236.874,00	998.236.999,56	184.000.125,56	22,60%	1.642.840.091,19	644.603.091,63	64,57%	668.313.458,28	(974.526.632,91)	-59,32%
Amortização da Dívida (Principal)	428.468.446,74	502.668.125,16	74.199.678,42	17,32%	1.580.810.025,82	1.078.141.900,66	214,48%	1.583.098.931,87	2.288.906,05	0,14%
% de pagamento sobre a RLR do mês	12,84%	13,10%	14,48%	112,71%	26,62%	265,29%	2025,46%	16,85%	-77,39%	-290,71%
24 Saldo de Precatórios a Pagar	593.575.170,70	579.338.502,30	(14.236.668,40)	-2,40%	1.273.255.618,42	693.917.116,12	119,78%	1.861.041.531,02	587.785.912,60	46,16%



INDICADORES	ANO	ANO	VARIÇÃO 2010/2011		ANO	VARIÇÃO 2011/ 2012		ANO	VARIÇÃO 2012/ 2013	
	2010	2011	R\$	%	2012	R\$	%	2013	R\$	%
25 Pagamento de Precatórios - Regime Especial (valores repassados pelo Poder Executivo ao Tribunal de Justiça)	37.501.411,10	42.398.226,48	4.896.815,38	13,06%	44.097.199,20	1.698.972,72	4,01%	99.352.464,36	55.255.265,16	125,30%
26 Saldo dos Restos a Pagar inscritos no Exercício Anterior	308.284.423,61	428.782.872,50	120.498.448,89	39,09%	393.215.453,13	(35.567.419,37)	-8,29%	675.138.975,79	281.923.522,66	71,70%
Consolidado	308.284.423,61	428.782.872,50	120.498.448,89	39,09%	393.215.453,13	(35.567.419,37)	-8,29%	675.138.975,79	281.923.522,66	71,70%
Poder Executivo	246.171.521,14	381.657.702,79	135.486.181,65	55,04%	339.141.252,24	(42.516.450,55)	-11,14%	597.016.402,02	257.875.149,78	76,04%
Assembleia Legislativa	5.592.639,70	8.705.833,80	3.113.194,10	55,67%	7.853.299,47	(852.534,33)	-9,79%	12.842.496,24	4.989.196,77	63,53%
Tribunal de Contas	4.158.617,60	5.589.480,93	1.430.863,33	34,41%	3.381.409,56	(2.208.071,37)	-39,50%	2.911.638,91	(469.770,65)	-13,89%
Poder Judiciário	47.570.686,76	28.414.894,50	(19.155.792,26)	-40,27%	32.237.349,59	3.822.455,09	13,45%	49.183.449,55	16.946.099,96	52,57%
Ministério Público	4.790.958,41	4.414.960,48	(375.997,93)	-7,85%	10.602.142,27	6.187.181,79	140,14%	13.184.989,07	2.582.846,80	24,36%
27 Receita Líquida Disponível	9.388.959.819,53	10.602.112.119,22	1.213.152.299,69	12,92%	9.729.409.044,34	(872.703.074,88)	-8,23%	10.568.391.429,45	838.982.385,11	8,62%



INDICADORES	ANO	ANO	VARIÇÃO 2010/2011		ANO	VARIÇÃO 2011/ 2012		ANO	VARIÇÃO 2012/ 2013	
	2010	2011	R\$	%	2012	R\$	%	2013	R\$	%
28 Repasse aos Poderes e Udesc	1.615.265.082,21	1.921.486.235,59	306.221.153,38	18,96%	2.038.430.283,96	116.944.048,37	6,09%	2.310.049.281,29	271.618.997,33	13,32%
Assembleia Legislativa	340.540.216,74	400.529.220,81	59.989.004,07	17,62%	420.083.649,19	19.554.428,38	4,88%	476.157.324,42	56.073.675,23	13,35%
Tribunal de Contas	119.649.265,34	147.563.397,14	27.914.131,80	23,33%	154.677.559,72	7.114.162,58	4,82%	175.259.680,39	20.582.120,67	13,31%
Tribunal de Justiça	681.080.433,40	811.598.684,25	130.518.250,85	19,16%	867.425.556,52	55.826.872,27	6,88%	982.932.303,88	115.506.747,36	13,32%
Ministério Público	285.317.479,08	340.449.837,69	55.132.358,61	19,32%	364.311.878,49	23.862.040,80	7,01%	412.810.452,01	48.498.573,52	13,31%
Fundação Universidade do Estado de SC. UDESC	188.677.687,65	221.345.095,70	32.667.408,05	17,31%	231.931.640,04	10.586.544,34	4,78%	262.889.520,59	30.957.880,55	13,35%
29 Créditos Inscritos em Dívida Ativa (Devedores em atraso)	12.406.672,50	14.447.101,95	2.040.429,45	16,45%	20.707.333,52	6.260.231,57	43,33%	71.238.126,65	50.530.793,13	244,02%
Estoque da Dívida Ativa Tributária	6.017.790.335,69	6.599.958.903,28	582.168.567,59	9,67%	7.673.285.934,84	1.073.327.031,56	16,26%	9.346.155.747,96	1.672.869.813,12	21,80%
Estoque da Dívida Ativa Não Tributária	55.472.218,27	72.613.183,99	17.140.965,72	30,90%	109.378.314,72	36.765.130,73	50,63%	144.261.465,69	34.883.150,97	31,89%
(-) Provisão para Perdas da Dívida Ativa	6.060.855.881,46	6.658.124.985,32	597.269.103,86	9,85%	7.761.956.916,04	1.103.831.930,72	16,58%	9.419.179.087,00	1.657.222.170,96	21,35%
30 Cobrança da Dívida Ativa (Principal mais Multas e Juros)	20.378.919,99	80.513.868,88	60.134.948,89	295,08%	44.241.692,38	(36.272.176,50)	-45,05%	43.374.081,40	(867.610,98)	-1,96%
Receita da Dívida Ativa Tributária	16.662.497,35	76.606.585,05	59.944.087,70	359,75%	36.741.309,30	(39.865.275,75)	-52,04%	30.867.433,26	(5.873.876,04)	-15,99%
Receita da Dívida Ativa Não Tributária	3.716.422,64	3.907.283,83	190.861,19	5,14%	7.500.383,08	3.593.099,25	91,96%	12.506.648,14	5.006.265,06	66,75%